

# suplemento **AGRÍCOLA**

São Paulo, 28-12-77  
Nº 1179  
ANO XXII



**O ESTADO DE S. PAULO**

sob  
tudo



araujo  
na

*Dos campos de São Paulo, o café chegava à metrópole, transformando-a e justificando o poder de seus barões*

## **OS 250 ANOS DE CAFÉ NO BRASIL**



*A indústria venceu o poder dos barões do café, mas não tirou do campo o maior produto de exportação do País*





# Renda certa, até quando falta

Hoje, o Brasil inteiro precisa de café. A nação vive dele. O governo conta com ele para sustentar orçamentos. O povo se alimenta dele; muitas vezes, só dele. Até para quem não toma, o café é fundamental. É a marca brasileira. A retirada do cafézinho da repartição pública, da fábrica, do trabalhador, enfim, é uma ameaça ao próprio trabalho. É o estímulo do dia-a-dia. O combustível que o preço alto não consegue racionalizar. O café não empobrece o que sabem usá-lo. Quando a geada tentou tirar o café de seu país, há dois anos, esse mesmo país nunca lucrara tanto com a valorização durante sua ausência. O café enriquece até quando não existe.

É o segundo produto mais consumido no Brasil, o maior sucesso comercial, o maior distribuidor de riqueza. Antes dele, só o petróleo, cuja importação também é paga pelo café.

Em São Paulo, ele deu ao Brasil sua maior cidade, seu Estado mais rico. Está, até hoje, nos contornos da estrutura social vigente. Presente na vida e nas necessidades de cada um, às vezes, acompanhando a água e o ar.

Com seu caráter simples, mas decisivo, conseguiu quebrar os hábitos conservadores do brasileiro mais conservador. O gaúcho de Porto Alegre já troca a cuia de chimarrão pela xícara de café. O Rio Grande do Sul é

o quarto consumidor do País, mas não há oposição entre as duas bebidas, garantem os consumidores locais.

A agitação da vida urbana favoreceu o café. Não há mais de tempo para esperar aquecer a água, preparar a erva, deixá-la descansar com água morna e saborear tudo com tempo e calma. No final do ano passado, quase houve passeata em Porto Alegre. O bar Rian, que servia cinco mil cafezinhos por dia, fechou as portas para que uma agência bancária ocupasse o prédio. O protesto valeu: a prefeitura proibiu a abertura de novos estabelecimentos no calçadão da rua da Praia. O Rian acabou, mas o dono de uma charutaria ao lado abriu um café público para que a paz voltasse à rua da Praia.

Os gaúchos não plantam café porque o clima não deixa, mas os pequenos arbustos, que marcam sua presença no escritório do IBC, no bairro dos Molinos de Vento, são regados diariamente pelos moradores. A "safra" é colhida pelas crianças, que usam os frutos vermelhos para brincar.

"Eu continuo e vou continuar plantando, colhendo e torrando meu café", diz dona Tete, de 63 anos, moradora em Florianópolis. Seu quintal é um dos últimos redutos do café catarinense, hoje substituído por soja e trigo. Mas o Estado não de-

siste. Para fugir da geada, está tentando formar plantios no Litoral, a região mais quente. No Oeste, a iniciativa foi fustigada por uma família, dona de Indústria de laticínios, que teme perder a mão-de-obra para as fazendas. Mas Santa Catarina quer café, pelo menos para justificar o ramo do cafeiro que ornamenta sua bandeira.

Para o Paraná, o café levou até a população. Deutodas, as características que marcam as feições do Estado que, antes da geada, era o maior produtor brasileiro.

Na Bahia, a volta da cafeicultura é feita com base popular. Em Vitória da Conquista, pequenas e médias propriedades de funcionários públicos e profissionais liberais estão se transformando em lavouras de café. O plantio é feito com dinheiro depositado em cadernetas de poupança, até há pouco disponível e sem perspectiva de outra aplicação. O café nem começou a produzir ainda, mas já está enriquecendo seus donos: nos últimos anos, o valor do hectare de terra ali passou de 40 cruzeiros para 10 mil cruzeiros. A pecuária saiu e entrou 40 milhões de pés de café.

Com a expansão no Nordeste, o café não abandonará os seus mais humildes trabalhadores que, desde a crise de 29, tiveram que deixar a cafeicultura baiana,



Depois do petróleo, o produto mais consumido. E também o mais vendido.

cearense e parábana principalmente, para invadir as lavouras paulistas e paranaenses em busca de trabalho. A colheiteira mecânica, que está chegando para ocupar o lugar desse contingente, vai, naturalmente, expulsá-los. Mas o mesmo café poderá garantir-lhes a volta. Os planos oficiais de retomada do Nordeste pela cafeicultura visam, basicamente, o consumo regional, com plantios raciais. Ali ainda não há infra-estrutura para a máquina. Alguns técnicos esperam que será também do café a responsabilidade de reerguer o Nordeste.

Pedro Santino de Carva-

lho, 62 anos, 14 filhos. Há sete anos, comprou por 12 mil cruzeiros 42 hectares de terra em Garanhuns, Pernambuco, e plantou 46 mil covas de café. O dono da pequena mercearia do centro da cidade por onde o café entrou pela primeira vez no Estado diz que já está "quase rico e, se quisesse, saldaria todos meus débitos bancários". Santino recusou uma oferta de três milhões de cruzeiros por sua propriedade e acha que dentro de três anos estará faturando, anualmente, o equivalente a 1,1 milhão.

O café do Ceará também

vele do jardim de Luís XIV, comprado pelo juiz de Acaraú, José Xerez Furna Uchoa. Ele era amigo do Duque de Choiseul, ministro de Luís XV, e veio com as mudas 20 anos depois de Palheta. A plantação se expandiu pela serra de Baturité, criando rapidamente um município. Até o início do século, a região foi refúgio dos retirantes da seca. Hoje, Baturité é considerado o melhor local para o café no Nordeste. O café está voltando para lá e atraindo novamente os retirantes.

O Maranhão, que dominava politicamente o Pará quando o café chegou ao Brasil, é o Estado que menos consome a bebida. Os maranhenses tomam oito mil sacas por ano e produzem apenas oito toneladas. Não se trata de rejeição. Com a menor renda per capita do País, a população não dispõe de meios para comprar o produto encarecido após a geada. Mesmo assim, o Maranhão gasta um terço de sua renda tributária para ter o café de outros Estados.

Para o Rio Grande Norte, a plantação de café é novidade. Mas o potiguar, que nunca plantou, gosta de beber. A falta do produto para satisfazer a população favoreceu uma das mais longas e bem sucedidas histórias de contrabando no Estado. Uma prática, que só após a geada, se tornou comum no Centro-Sul, enriqueceu, desde 1952, o "industrial" fa-

lecido recentemente. Adeline Honório. Para atender à "demanda reprimida" do Interior, ele negociava diretamente com empregados do porto. Era só carregar os caminhões e partir para o sertão, de madrugada.

O café entrou "por decreto" em Alagoas. Em 1874, a Assembléia Legislativa aprovou projeto do deputado Barnabé Elias Calheiros de incentivo aos plantadores que desajassem tirar a província do desânimo agrícola. Deu certo até o desmameamento acabar com as reservas de água e a fertilização do solo. Hoje, a cafeicultura alagoana está reduzida a 279 toneladas de produção anual em 440 hectares contra os 3 mil de 1927.

A maior safra da história de Goiás aconteceu no período de construção de Brasília. De um milhão de sacas obtidas no ano da inauguração, restam 80 mil produzidos este ano. Os mesmos cearenses que levaram o café para as Amazonas acompanharam as seringueiras ao Acre, em Japim. A borracha atraiu o café; a mão-de-obra abandonou a borracha e o café, após a Segunda Guerra. Agora, o café de volta, plantado por paulistas e paranaenses.

Até hoje, ninguém sabe o que favoreceu a infestação do *Cercospora paratybentis* na Paraíba, no início do século, que arrasou a cafeicultura do Estado, na época, o maior produtor do Nordeste.

## Mecanização, após o ano 250º

O café passou 250 anos comprando toda a tecnologia existente no Brasil. Agora chegou sua vez. Nenhum cientista, que ele trouxe ou ajudou a formar nas universidades que construiu, foi capaz de mecanizar definitivamente sua lavoura. Na safra do "café — ano 251", começará a correr pelas lavouras do Interior de São Paulo, a primeira colheiteira mecânica. O sonho está se realizando no Instituto Agronômico de Campinas, órgão criado por D. Pedro II, no século passado, com o objetivo inicial de melhorar as variedades de café produzidas em São Paulo.

O agrônomo Ailton Rigitano passou os últimos quatro anos se dedicando à transformação de uma colheiteira norte-americana de cerejas em uma colheiteira de café. O "monstro", que chegou ao Instituto em maio de 1973, vindo dos Estados Unidos, custou ao café 570 mil cruzeiros. Ailton e João Fava, seu assistente, gastaram quatro anos de pesquisa na adaptação do modelo atual. Mas, onze dias depois da chegada, ela já estava montada e pronta para o teste inicial, que iria indicar as mudanças necessárias. E no dia 23 de maio de 1973, às 10 horas e 20 minutos, o primeiro cafeiro do mundo foi submetido à colheita mecânica, na Fazenda Santa Marina, de propriedade do Condomínio Zillo Lorenzetti, no município de Vera Cruz Paulista, a 20 quilômetros de Marília. Hoje, com o protótipo pronto para entrar em escala industrial, Rigitano, o "pai da colheiteira", está satisfeito: "A máquina de derrigar, recolher e ensacar o café já existe".

Ela vai custar ao cafeicultor 750 mil cruzeiros, pelo menos, ou o equivalente a 300 sacas de café beneficiado. O IBC, que ajudou a financiar o projeto, acredita na máquina, tanto que em seus contratos com produtores de café já exige a formação do cafezal de acordo com as características da colheiteira.

Esse novo equipamento, que passa a compor a paisagem do campo a partir do próximo ano, tem a altura de uma casa, a eficiência de cem trabalhadores e um rendimento para colher 95% dos frutos de um pé de café. Ela passa "a cavaleiro" pelas ruas de café, envolvendo os arbustos com suas hastes vibratórias e colhendo quatro pés por minuto.

Ninguém duvida: essa máquina vai mudar tudo. O café é a última grande lavoura que fixa o homem no campo ou, pelo menos, dá emprego razoavelmente remunerado a um grande contingente de trabalhadores, bóia-fria ou residente na fazenda. Toda fazenda com mais de cem mil pés precisará da máquina, se quiser reduzir seus custos de produção e ficar no mercado.

Algodão, soja, milho, trigo e arroz, todos os produtos da região Centro-Sul, que concentra a maior parte dos tra-

balhadores, já são colhidos mecanicamente. Essa mão-de-obra forma favelas nas cidades do Interior, esperando a época da colheita do café. Com a máquina mecânica, para o bóia-fria, só o plantio do café. Uma prática que se repetirá de 30 em 30 anos numa fazenda totalmente formada. A menos que venha a geada e destrua tudo.

O doutor Alcides

No mesmo Instituto Agronômico de Campinas, vivem, há 42 anos, a humildade e o gênio de Alcides Carvalho. Ele é o pai do mundo novo, *catuá*, *catuara* e *icatu*, variedades de café mais cultivadas hoje, no Brasil. Chinelo de corda, chapéu de palha amarrado no queixo, a imagem, que se confunde com a do "lavrador-barnabé" das estações experimentais, recebe os surpresos cientistas de PhD e Master, que vêm aprender como ele conseguiu levar o Brasil de uma tragédia pior que a geada: a ferrugem. Quando essa doença, que dizima cafezais no mundo inteiro, entrou no Brasil, em 1970, o dr. Alcides tinha pronta a solução. Fórmulas químicas? Soluções de prancheta? Não: Uma variedade de café resistente à ferrugem. O remédio é o *Icatu*. Um dos filhos prediletos da geração do geneticista Alcides Carvalho.

Foi sempre assim. Depois da geada, o governo decidiu levar o café para o Nordeste. Decisão fácil de ser tomada. Alcides Carvalho tinha a variedade resistente à seca, o grande obstáculo, que impedia qualquer decisão. A imprensa de Campinas iniciou um movimento propondo o Nobel da Paz para o Dr. Alcides. Ele mesmo acabou com o movimento. "Café não é gênero de primeira necessidade. É luxo. Faço tudo por ele, porque é ele que traz o dinheiro para o Brasil. O Nobel da Paz deve ser dos irmãos Villas Boas".

O ex-reitor da USP, Orlando Paiva, não concorda com a opinião de Alcides Carvalho sobre a importância social do café. Na homenagem ao cientista, aluno-símbolo da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, no jubileu de diamante da ESAIQ, disse o reitor: "Hoje, milhões de bóias-frias do Brasil à América Central e milhões de "unhasujas" da África agradecem ao senhor pela oportunidade de trabalho, nos cafezais do mundo que resistem às doenças por causa do seu trabalho".

E toda a história da evolução da cafeicultura moderna do Brasil e do mundo continua sendo anotada em simples cadernetinhas de padaria. Ali está o segredo de todas as linhagens e cruzamentos do café moderno, obtidos pelo ex-garoto, ainda pobre, nascido em São Pedro, balconista das Casas Pernambucanas em Piracaba, que um dia visitou o Instituto Agronômico e disse: "É aqui".

## Aos frades, as primeiras mudas.

O latifundiário fluminense do início do século XVIII era, antes de tudo, um senhor de engenho. A cana-de-açúcar abriu caminho para a implantação do café no Rio de Janeiro, secando os pântanos do rio Paraíba que empurravam a população para o litoral. O café saltou o pântano, afastou os índios, subiu a serra, superou o açúcar e ganhou o Vale do Paraíba, impondo-se na liderança da economia brasileira.

O governador do Maranhão, João Alberto Castello Branco, fora nomeado desembargador da Relação, no Rio de Janeiro e chegou em 1762, trazendo duas mudas. Elas foram entregues aos frades barbadinhos itálicos que mantinham um convento na antiga rua dos Barbons, hoje Evaristo da Veiga. Durante sete anos, elas frutificaram e formaram-se novas mudas. A pequena planta não despertava nenhum interesse, até o dia em que chegou para tomar posse, em 1769, o vice-rei Marquês do Lavradio.

Por insistência do novo representante da metrópole, o holandês John Hoppmann e o bispo do Rio, D. José Joaquim Justiniano, receberam mudas para plantar. Hoppmann levou o café para sua chácara em Mata-Ferros e o bispo para a fazenda do Capão, em Irajá. Dessa propriedade, as sementes saíram para São Gonçalo, plantadas pelo padre João Lopes, propagando-se em seguida pela região do Mendanha, em 1780, de propriedade do padre Couto da Fonseca.

A propagação era muito tímida para as pretensões do vice-rei. O primeiro romance brasileiro sobre o café narra esse período. *O Capitão Silvestre e Frei Veloso ou a Plantação de Café no Rio de Janeiro*, de autoria de Luiz da Silva Alves de Azambuja Susano, foi editado em 1857, pela casa Eduardo e Henriques Lannert. Conta que o

frei Veloso levou a Lavradio algumas frutas de café colhidas por ele na plantação do convento. O marquês se entusiasmou e chamou ao palácio alguns proprietários fluminenses, ordenando-lhes que plantassem as sementes. Tempos depois, Lavradio descobriu que os plantios estavam abandonados. "Se o vice-rei gosta de café, ele que plante!", respondeu. Mas foram presos. Três dias depois, em liberdade, cada um saiu com novas sementes para replantar. E até no Passeio Público do Rio o marquês mandou plantar café.

Os plantios do padre João Lopes, em São Gonçalo, e Couto da Fonseca, que espalhou seu café do Mendanha, em Campo Grande, para Resende, vão marcar definitivamente o caminho da cafeicultura, no Sul do País. Por São Gonçalo se ali-

nharam as culturas da Baixada Fluminense e os grandes cafezais da zona montanhosa do Norte do Estado, centralizada em Campos, Cantagalo e Madalena. As sementes lançadas por Couto da Fonseca em Resende avançaram para o Vale do Paraíba, Zona da Mata Mineira, até entrar no Estado de São Paulo.

Na vida social do Rio de Janeiro, o café sempre teve forte influência. Quando José Bonifácio colocou o ramo do cafeiro nas armas da bandeira imperial, os portugueses residentes na corte reagiram, parodiando o Hino da Independência com estes versos: "Cabra gente brasileira/Descendente da Guiné/Trocaram as Cinco Chagas/Peio fumo e o café".

O episódio da dissolução da Assembléia Constituinte, protagonizado por D. Pedro I, a 10 de Novembro de 1823,

quando a Guarda Imperial marchou sobre o Campo de São Cristóvão, ficou assim registrado pelo conselheiro Wasconcelos Drumond, temperunha ocular: "O imperador, certo de que pela resposta dos oficiais, podia contar com a tropa, deu ordem de marcha. Ornou seu chapéu com um frondoso ramo de folhas de café e o mesmo fizeram generais e oficiais. A cada soldado se distribuiu um ramo das mesmas folhas para ornar a barretina. Era o emblema da vitória que iam alcançar. Vilela Barbosa, posto não fosse militar, também ornou seu chapéu com um ramo de café. O mesmo fez Clemente Ferreira França, apesar de ser o chapéu que trazia, de pasta e ele, paisano em todo rigor da palavra. Até os criados do palácio se ornaram. E a Domitila, marquesa de Santos, saiu com um ramo ornando-lhe o peito. O triunfo era geral", garante Drumond.

A primeira exportação de café pelo porto do Rio de Janeiro foi em 1800, com 110 sacas. Em 1870, a última grande safra, exportando 2,2 milhões de sacas. A partir dessa época começa o declínio e, em 1887, o café do Brasil já escoava pelo porto de Santos.

Acompanhando o cansaço da terra, o movimento abolicionista consegue bloquear gradativamente a entrada de escravos, implantar o ventre livre e, por fim, libertar definitivamente o trabalhador que, de graça, durante um século, fez do Rio o maior centro mundial de café. A Lei Áurea foi assinada às vésperas do que seria uma colheita ainda satisfatória. Nas fazendas, a debandada foi geral. São Paulo, que já dividia com o Rio o pólo de produção no Vale do Paraíba, percebeu o fim da escravatura muito antes e incrementava a imigração que iria promover a expansão do café rumo ao Oeste.



1762: chegam as primeiras mudas ao Rio de Janeiro.

## Minas reage apesar do ouro acabar

Em apenas 18 anos, o café reergueu a economia de Minas Gerais, abalada pelo fim da mineração e perseguições políticas após a Inconfidência, que afastou as famílias do Estado. Introduzido por tropeiros, o café passou de simples enfeite de jardins à nova base econômica. Em 1809, a primeira grande exportação rendia os lucros de 163 mil arrobas.

Do "Caminho Novo", de Ouro Preto ao Rio de Janeiro, os primeiros plantios formaram as cidades de Juiz de Fora, Rio Preto e Mar de Espanha. Daí foi levado para a zona da Mata que, por causa dele, perdeu todas as suas florestas e, naturalmente, a razão do nome. Ali nasceram as cidades de Ubá, Cataguases e Leopoldina.

Faltavam transporte e mão-de-obra suficientes para uma produção que já chegava a 1,3 milhão de arrobas. A província importou 150 mil bestas de carga só para carregar café, enquanto pro-

dutores da divisa com o Rio financiavam a construção de uma estrada de ferro, em 1882.

A carência de trabalhadores representa cem anos de transformos na cafeicultura mineira. No início, a fuga das pressões políticas e, atualmente, a época de colheita significava total desorganização na vida das cidades. Este ano, cada trabalhador ganhou três salários mínimos por mês. Empregados domésticos, comerciantes, bancários, professores primários e seus alunos deixaram tudo para colher café e ganhar mais do que em suas atividades normais.

A situação, nos meses de agosto e setembro, chega a tal ponto que se cogita propor à Secretaria de Educação a alteração do calendário escolar, fazendo coincidir as férias escolares com a safra. As crianças de Minas sempre participaram da colheita e mantêm a tradição, nas cidades próximas às fa-

zendas, de esconderem frutos de café em buracos abertos na mata. No domingo, retira-se tudo para vender no centro. E é o que garante o ingresso do cinema, o refrigerante, a figurinha.

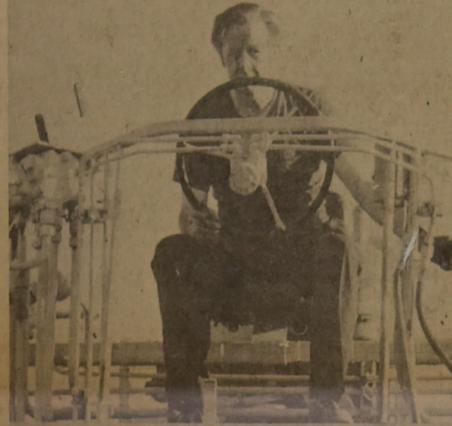
Até há pouco tempo, em alguns colégios tradicionais da zona cafeeira, existia a cadeira de Civildade destinada a "ensinar hábitos sociais" aos alunos. No livro adotado, de Carlos Goes, a suprema prova de educação era saber servir cafezinho aos visitantes.

Em pleno centro de Belo Horizonte, funciona o maior escritório ao ar livre do Brasil, mantido pela concorrência dos cafés Pérola e Nice, na praça Sete. Ali, apostadores da Loteria Esportiva, corretores de imóveis e agioteiros fazem seus negócios, celebrando tudo com cafezinho.

E o café faz dinheiro na cidade e no campo. Os fazendeiros trocaram o cavalo pelo automóvel, sabendo que os caminhos de terra, esbu-

racados, estragam em pouco tempo o novo meio de transporte. Mas a resposta vem pronta "quando quebrar, o café compra outro". E foi assim no passado. A família Bustamante Fortes construiu na fazenda Santa Clara, em Juiz de Fora, uma "casa grande" com 365 janelas. Só para ver o sol nascer o ano todo cada dia em uma janela diferente.

O café com leite, "criado" pelo holandês Nieuw Hoff, em 1860, foi o símbolo da mais célebre aliança política brasileira, que uniu Minas a São Paulo até 1930. Foi rompida com a escolha de Júlio Prestes para a presidência da República, no lugar do mineiro Antônio Carlos. O fato acelerou a revolução de 30, cujos protagonistas encontraram o mundo mergulhado na crise de 1929. Oitenta milhões de sacas de café foram queimadas, na tentativa desesperada de reduzir estoques lotados e forçar a alta do produto que sustentava a economia nacional.



A primeira colheiteira automática vai operar em 1978.

### SEMENTES

O maior centro especializado em sementes de hortaliças e cebolas do país. Possuímos a maior quantidade e variedades de sementes para pronta entrega. Despachos rápidos pelo reembolso. Peça lista de preços grátis.

### SEMENTES SAKAMA LTDA.

Matriz  
Rua Carlos de Souza Nazareth, 410 e 414 - São Paulo  
Próximo ao Mercado Municipal - Tels.: 228-0471 e 227-1310.  
Horário: De segunda à sexta-feira das 8 às 18hs. Sábado das 8 às 12hs.

Filial  
Rua Baumann, 32 - São Paulo - Travessa da R. Avelino Chaves - Atrás da Agência Ford Borda do Campo - CEASA - Tel.: 260-2019 - Temos aqui amplo estacionamento grátis.  
Horário: De segunda à sexta-feira das 13 às 22hs. Sábado fechado.

### MUDAS DE PLANTAS EM GERAL DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

CX. POSTAL 48 LIMEIRA - SP

FAÇA SUA CERCA COM O MATERIAL CLEIDE ARAME OVALADO BISÃO SUPER

de aço de alto carbono e de alta resistência para cercas nas bitolas 17/15 e 16/14.

BALANÇOS CLEIDE de arame de aço de alto carbono e de alta resistência com tratamento eletrônico especial que garante sua elasticidade.

ESTICADORES CLEIDE com catraca que mantém a tensão do arame e permite furar os ajustes; colocação fácil.

TENSÔMETROS CLEIDE que medem e dão aos fios de arame, da cerca, a tensão correta e desejada.

INDÚSTRIA DE ARAMES CLEIDE S/A.  
Depósito e loja: S. Paulo - Rua Paula Souza, 113 Tels.: 227-2819 e 4211  
Escritório São Paulo: Rua Paula Souza, 52 - Tels.: 227-4211  
Vendas e Fábrica: Santo André - Av. D. Pedro II, 790 - Tels.: 440-3100

# Paraná, o grande termômetro

## Frei Timóteo, o primeiro pé em todo Estado

Frei Timóteo de Castelnuovo, diretor da Colônia Militar de Jataí, criada na Província do Paraná para atrair e aculturar o índio durante o Brasil-Ímpério, escreveu em seu diário que plantou café no dia 3 de março de 1856, no aldeamento de São Pedro de Alcântara, em Jataízinho. Foi o primeiro pé de café do Paraná. Um século mais tarde, o Estado já era o maior produtor brasileiro, com mais de 3 milhões de cafeeiros.

Um ano antes do plantio pioneiro, a Assembleia Legislativa da Província tornava oficial o interesse das autoridades pelo café, mas a arrancada definitiva paranaense só começou com a ocupação do norte pioneiro, por mineiros e paulistas, atraídos pelos baixos preços da terra. Do Frei Timóteo, a história guarda o prognóstico, na penúltima carta escrita ao Presidente da Província: "O futuro do Paraná está nessas matas, do Tibagi e Paranapanema".

O Paraná começou então a sofrer com as geadas. Cinco anos depois de Timóteo, as plantações primitivas foram destruídas, juntamente com as pastagens, canaviais e roças. Mas, logo outras áreas foram abertas na mata, principalmente no Sul do Estado, onde as terras são fracas e o inverno rigoroso. Os três mil cafeeiros resistiram pouco tempo: As atenções voltaram-se então para a região Norte, onde, na Colônia Militar de Jataí, 211 pés garantiam uma safra de 17 arrobas.

Um relatório de Jos. e Feliciano de Araujo, presidente da Província, aponta para 1868 um plano de plantio de 5 mil mudas, mas, em 1870, a Colônia Militar contava apenas dois mil pés em produção. Cinco anos mais tarde, além do surgimento de outras áreas produtoras sempre em pequena escala, Jataí produzia 950 quilos. Dessa produção surgiu a primeira exportação de café paranaense, para Mato Grosso segundo relatório do presidente da Província naquela época, Adolpho Hamenha Lins.

No mesmo documento, o primeiro zoneamento para o café do Paraná: "nos planaltos de Curitiba, Campos Gerais e Guarapuava, não é possível a colheita do café, devido às fortes geadas. Porém, em todo o litoral, no Ivaí e margem da Ribeira, produzem abundantemente".

Mas, só a partir de 1884 surgiram os primeiros plantios em escala comercial. No município de Tomazina, onde o major Tomaz Pereira da Silva abriu uma gleba de 26 mil alqueires, o tenente João José Ribeiro, que inte-

grava sua comitiva na viagem desde Minas Gerais, plantou quatro mil cafeeiros, numa fazenda de 700 alqueires.

Desde então, intensificou-se o plantio, enquanto surgiram as cidades de Jacarezinho, Wenceslau Braz, Ribeirão Claro, Santo Antônio da Platina, todas na região que mais tarde seria conhecida como "Norte pioneiro".

Porém, o grande período de desenvolvimento do Paraná, pelo café, começou em 1923 com a Companhia de Terras, hoje Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, criada com capitais ingleses e adquirida mais tarde por brasileiros. A empresa comprou 546.078 alqueires, transformados em 41.741 lotes rurais de 13 alqueires, além de 70 mil terrenos urbanos. Nessa área foram fundados 80 patrimônios que geraram 35 municípios, onde vivem hoje mais de 3 milhões de habitantes.

O objetivo inicial era atrair o colono paulista, que tinha dinheiro e sonhava possuir a terra. O plano de colonização incluiu o prolongamento dos trilhos da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, até as terras que a CMNP possuía na margem esquerda do rio Paranapanema, entre o Tibagi e o Ivaí.

Em dezembro de 1929, no patrimônio Três Bocas, mais tarde Londrina, ainda mata virgem, chegaram os primeiros compradores, numa comitiva composta de oito japoneses. Alheio ao crack da Bolsa de Nova York, que quatro meses antes lançava a maior crise econômica do mundo, Mitsui Ohara comprava o primeiro lote. Três anos depois, ainda sob o efeito da recessão, as glebas eram vendidas para imigrantes italianos, japoneses e alemães.

Com a crise de 29, foi proibido o plantio de café em todo território nacional, mas a influência dos proprietários da companhia de terras garantiu uma cota de 50 milhões de pés. Quando esse programa foi liberado, o Norte do Paraná já havia feito, por iniciativa particular, um plantio superior ao financiado e isso permitiu a formação de mais 50 milhões de mudas.

O programa de colonização da CMNP, dividindo as áreas em pequenas propriedades, na prática funcionou como uma verdadeira reforma agrária e atraiu milhares de lavradores que, de posse das glebas, partiram para a formação de cafezais.

Mas o avanço do café não parou aí. Depois de ocupar todo o Norte, continuou sua marcha rumo ao Sul de Mato Grosso, até chegar ao Paraguai e Rondônia.

Dois anos depois da grande geada, que destuiu os 915 milhões de pés existentes, o Norte do Paraná ainda é o principal centro cafeeiro do País, responsável pela maior parte da comercialização brasileira do produto. E, apesar das afirmações pessimistas, que indicavam o fim do ciclo do café, pelo menos 700 milhões de plantas foram recuperadas com técnicas modernas e o Estado voltará a produzir as mesmas dez milhões de sacas anuais, anteriores a 1975.

A liberação de extensas áreas para a produção alternada de soja e trigo não impede que as bolsas de Londres e Nova York se abalem a cada notícia de prejuízos às lavouras do Paraná. Até os programas de incentivo aos plantios de outros



Apesar da geada de 1975, o Paraná ainda é o principal centro cafeeiro.

## O fim das cidades

O café está desaparecendo e as cidades estão desmoronando no Norte do Paraná. E como se faltasse o chão para uma casa: o alicerce está se desfazendo. Na remodelação da atividade econômica, pelo menos trinta cidades do Estado não poderão sobreviver sem o café. E as que encontrarem novas opções terão que suportar as consequências sociais decorrentes do fim da melhor fase da lavoura, onde a mão-de-obra, expulsa do campo, começa a viver em favelas nas periferias dos centros urbanos.

Um estudo reservado, feito pela Secretaria do Planejamento do Estado, mostra que os 30 municípios mais pobres tendem a desaparecer ou, no máximo, se transformar em núcleos urbanos de baixa concentração demográfica e sem qualquer expressão econômica: *Guarapuava, Jaboti, Agudos do Sul, Porto Amazonas, Sapopema, Campo do Tenente, Paulo Frontin, Antônio Olinto, Nova Alliança do Ivaí, Pien, Tijucas do Sul, Santa Inês, Porto Vitória, Jundiá do Sul, Flórida, Jardim Olinda, São Pedro do Paraná, Cerro Azul, Lobato Guapirama, Uniflor, Japira, Rebouças, Conselheiro Mayrink, Cafeara, Mallet, Itaúna do Sul, Salto de Itararé, Lucionópolis e Quintanilha.*

Em grande parte, essa população transferiu-se para cidades maiores ou procurou acompanhar o café em sua marcha rumo ao Mato Grosso, Rondônia ou Paraguai. Nos centros polarizados do Norte, o fim do ciclo cafeeiro traz problemas que já fazem parte do cotidiano paulista: as favelas.

Londrina, uma cidade com mais de 300 mil habitantes, possui mais de 15 mil desempregados, além de 20 mil favelados e milhares de bôias-frias, vivendo em condições subumanas. A prostituição e a criminalidade aumentam em consequência da marginalização da população desocupada que chega

permanentemente da zona rural.

A busca por empregos é tão intensa que aparecem 100 candidatos para cada cargo na Prefeitura e quando as dispensas aumentam nas indústrias, o problema se torna tão grave que as autoridades municipais são obrigadas a suspender todas as contratações. Nos piores bairros o aluguel chega a pelo menos 800 cruzeiros por mês. Para a maioria "não há mais euforia na Capital do Café", onde a medida em que a soja avança, o homem é expulso do campo, mudando tudo. Até os sonhos.

O mesmo acontece em Cornélio Procopio, onde, todas as noites, às escondidas, os favelados constroem dois novos barracos. Em quatro anos, 1.200 pessoas se instalaram na favela "Val Quem Quer". A área de terras, que o município possui atrás do cemitério e usada como emergência para abrigar as levadas de trabalhadores que buscavam a cidade, é hoje uma das maiores favelas do Paraná.

Sem qualquer infraestrutura, a vida na "Val Quem Quer" é miserável. Até os animais são alimentados com o lixo da Santa Casa de Misericórdia, enquanto a população só trabalha esporadicamente.

Em todo o Norte do Paraná existem 600 mil bôias-frias transformados em favelados, desde que o café começou a desaparecer. Esses números são constantemente modificados, como lembra a assistente social da Prefeitura de Londrina, Leda Lovato, que só consegue estimar a população favelada, por amostragem, tal o seu crescimento.

Na Favela da Variante Ferroviária, localizada às margens da BR-369, havia em abril, 170 barracos. Três meses depois, esse número aumentava para 329. Essa favela, como outras no Paraná, adquire aspecto de verdadeira cidade, onde não faltam até igrejas, implantadas pelas seitas religiosas.

países produtores levam em consideração os planos paranaenses. Londrina, agora com seus cafezais ilhados pelas lavouras de cereais, não perdeu a posição de "Capital do Café" e continua sendo a sede do mais importante centro de compra e venda de café.

Mas ele está desaparecendo. Já existe um alerta para a industrialização, única maneira de enfrentar o futuro, superando as dificuldades que a erradicação acelerada começou a criar. No Paraná, os boias-frias já são favelados. Os campos abrigam a máquina. E o homem, que veio com o café, é expulso com ele.

## Paranaguá já esqueceu seu maior produto

O Porto de Paranaguá, que foi considerado o maior exportador de café do mundo, já pode viver sem o produto: os terminais graneleiros ali instalados fazem parte da nova realidade do Paraná e são apenas uma parte da estrutura montada pelo Programa de "Corredores de Exportação", para atender às necessidades das áreas produtoras de grãos, estimadas em mais de 500 mil quilômetros quadrados. O café deixou de ser importante.

Nascido em função daerva-mate produzida em larga escala no sul do estado, o porto, mesmo antes de ser oficialmente inaugurado a 17 de março de 1935, já exportava café: na safra de 1902, saíram por ali 1.680 quilos — 28 sacas beneficiadas. E, em 1920, a exportação atingia 3,6 milhões de quilos, absorvendo praticamente toda a produção litorânea, onde, numa primeira fase, se concentrou parte das lavouras cafeeiras do Paraná.

O grande incentivo à exportação de café por Paranaguá, contudo, só aconteceu em 1927, quando o governo federal, em conjunto com os principais estados produtores, decidiu estabelecer cotas de produção e exportação. O Paraná considerou a medida protecionista e restritiva a seus interesses. Não assinou o convênio e, em represália a Santos, isentou os impostos da exportação de café por Paranaguá.

Essa isenção atraiu os exportadores, mas a fase áurea do café em Paranaguá só começou em 1955, quando o Norte do Estado expandiu suas lavouras, até se tornar na principal região produtora do País. Em 1960, os estoques da época foram liberados para exportação. No ano seguinte, os embarques chegaram a 3 milhões de sa-

cas e em 1965, um total de 6 milhões de sacas — quase a metade da produção brasileira — foram exportadas por aquele porto.

Foi aí que a cafeicultura do Paraná começou a declinar e, com ela, o movimento de café por Paranaguá. Em 1967, com a inauguração da rodovia BR-277, que corta o Estado, teve início a fase da diversificação, para atender principalmente a grande produção de cereais, em substituição ao café. Para 1978, é esperada uma produção de 15 milhões de toneladas.

Este ano, há uma previsão de 9 milhões de toneladas exportadas por Paranaguá, das quais, pelo menos, 5 milhões serão referentes a soja, milho e farelos. O café participará com apenas 240 mil toneladas.

Com o programa "Corredores de Exportação", o porto de Paranaguá passou a ter grande importância. Implantado em 1973, a partir do ano seguinte aquele programa começava a dotar o porto de Paranaguá de estrutura e equipamentos modernos para poder atender ao crescimento da safra de grãos.

Além de uma grande infraestrutura em armazéns e a renovação dos equipamentos portuários, foi montado o terminal para cereais, com instrumentos que permitem o carregamento a granel de até 3 mil toneladas/hora, em apenas dois pontos de embarque. O cal passou a ter 2,106 metros, depois da recente ampliação e, agora, conta com seis pontos de embarque.

Para o café, resta somente a estrutura que já foi a mais importante daquele porto, mas que, superada pelo terminal moderno feito para os cereais, só tem um destino: o gradativo esquecimento.



O porto de Paranaguá já não vive só do café.

## NOVA COLHEDEIRA DE CANA INTEIRA TOFT I-200.

Totalmente fabricada no Brasil, acoplada a trator agrícola.



### Ela abre o talhão...

A nova colhedeira Toft I-200 abre o talhão em qualquer ponto.



### joga fora os ponteiros...

As pontas cortadas ficam num depósito. O operador aciona o flap que se abre e joga os ponteiros fora do monte de cana.



### levanta a cana...

Os dois levantadores — com dedos de aço em E — vão erguendo a cana, deixando-a na vertical para receber o corte.



### e já deixa a cana amontoada.

Já cortada, a cana fica no depósito traseiro da máquina. De espaço em espaço, esse depósito é descarregado, estando a cana pronta para ser carregada.



### corta embaixo e em cima...

Um disco giratório de 8 lâminas, de altura regulável, corta a cana bem rente ao chão. Por cima, o corte vai de 1 a 3,25m de altura.



A I-200, brasileira, é garantida pela maior experiência mundial na fabricação de equipamentos para a agro-indústria açucareira.



TOFT EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.  
Rua Rio das Pedras, nº 235  
Jardim Nova Europa  
Telefones:  
Fabrica: (019) 31.7905 e 8.0913  
Escritório: (019) 31.2624 e 8.2882  
Telex (019)1021 - Caixa Postal 1189  
13.100 - Campinas - SP

• Corta também cana para sementes.

## A industrialização chega, aos poucos

"No futuro, o café do Paraná ficará limitado a pequenas ilhas, cercadas de soja e colônias por todos os lados". A previsão foi feita em junho de 1973, pelo presidente do Sindicato Rural de Maringá, Anibal Bianchini da Rocha. Quatro anos depois, o futuro chegou, forçado pela erradicação do pós-geada e pela expansão das áreas de cultivo de cereais. O café está confinado em 700 mil hectares, enquanto a soja cresceu cem vezes nos últimos doze anos.

Na prática, o Paraná está sofrendo uma nova transformação em sua economia, abandonando definitivamente a monocultura cafeeira para se dedicar com igual ou maior ênfase à produção de grãos, estimulado pela valorização ocorrida no mercado internacional a partir de 1973.

Para os cafeicultores, nunca houve essa monocultura. Argumentam que, na década de 50, época da maior expansão do café, ocorreu também grande avanço no plantio do feijão e arroz, embora se saiba que em 1965, dois anos depois da

grande safra de 18 milhões de sacas, o café representou 20,3% da renda interna do Estado e 53,5% da renda do setor primário.

Agora ninguém duvida dessa diversificação e as próprias autoridades buscam outras fontes de receita. Nessa nova nova fase a meta é a industrialização e o incentivo ao setor terciário, onde os resultados começam a ser sentidos. Em 1970, a participação global da agricultura na renda interna do Paraná foi de 47,7% caindo para 29,6% em 1976. No mesmo período, a participação da indústria cresceu de 8,9 para 12,7%, enquanto o setor terciário, que tinha uma participação de 43,3%, passou a representar 57,7. A renda interna do Estado, que totalizou Cr\$ 34.860.858 mil em 1970, alcançou Cr\$ 77.843.656 mil em 1976, com um desenvolvimento médio de 14,6 por cento ao ano.

Do total da renda interna estadual, a região Norte, a principal zona cafeeira, teve uma participação média de 45,21%. Mas, na evolução anual, existe uma redução, pois, enquanto em 1972 che-

gou a 49,71%, em 1975 a participação foi de 43,99%, o que evidencia o crescimento de outros setores, especialmente o da indústria, na economia estadual.

O Norte do Paraná também está desenvolvendo esforços para sua rápida industrialização, principalmente no eixo Londrina-Maringá, onde se pretende consolidar em poucos anos um importante pólo industrial, ligado principalmente ao processamento de produtos Primários.

Em Londrina, sentindo a transformação econômica, o prefeito Antônio Belinatti procura definir as diretrizes para assegurar o futuro do município. Seus planos incluem a retirada dos trilhos da estrada de ferro do centro da cidade para a implantação, ali, de uma central de abastecimento que atenda toda a região. "Será o grande bazar do Norte do Paraná", diz o prefeito, que vê no fortalecimento do comércio uma das formas de assegurar o desenvolvimento do município, não se esquecendo também do setor industrial.

Maringá também busca uma definição e a melhor alternativa, segundo os técnicos da Prefeitura, é a industrialização. A cidade sente os efeitos decorrentes da população ociosa que chega do campo e concede cada vez mais benefícios à implantação de indústrias, à medida em que aumentam as ofertas de emprego. O ritmo de desenvolvimento urbano é acelerado — sete casas por dia — e somente o fortalecimento do pólo industrial absorverá a demanda crescente da mão-de-obra.

Enquanto algumas cidades sentem que a diversificação agrícola e o fortalecimento do comércio e a indústria são as únicas alternativas, em Cornélio Procopio, o café ainda é a maior esperança. Depois de ser considerada "a capital do café", a cidade quer reconquistar o título, ainda pertencente a Londrina. E está estimulando o plantio numa tentativa de ocupar pelo menos a metade dos 21,5 mil alqueires de terras não mecanizáveis e que não servem para a soja.

# Início e fim de muitas cidades

"A passagem do café para o Estado de São Paulo, com suas repercussões sobre a situação demográfica das zonas percorridas, constitui, sem dúvida, um dos estudos mais curiosos e importantes da história da economia paulista. Durante pouco mais de um século, o panorama do nosso crescimento e do nosso progresso se desdobra num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo gira em torno do café, dele tudo emana e a ele tudo se destina — homens, animais e máquinas. A terra cansada que ele abandona se despojava, empobrece, definha, a terra virgem que ele deflora logo se empenha de vida ativa, enriquece, progride". É assim que Sérgio Millet fixa a importância do café, que chegou às terras paulistas em 1.836, penetrando pelo Vale do Paraíba, seguindo depois a sua marcha pelo centro-oeste, representada por Campinas, alcançando em seguida a Mogiana, a Paulista, a Araraquareense, a Sorocabana e a Noroeste. A sombra dos cafezais que passavam, ergulam-se cidades, a economia era fortalecida, gerava o fausto, abriam-se estradas de ferro, estabelecia-se, enfim, o progresso.

"A ferrovia nasce com o café e para o café" — lembra Odilon Nogueira de Matos em seu livro "Café e Ferrovias". "Acompanha a marcha da colonização e o alongar-se da onda verde. Beneficiária dos excedentes do capital dos fazendeiros, a ferrovia recorda o espaço e integra a economia, criando condições para o florescimento de um extenso mercado de produção e consumo". Warren Dean, professor da Universidade do Texas e que realizou um estudo sobre a industrialização de São Paulo, assim iniciou o livro em que reúne o resultado de suas pesquisas: "A industrialização de São Paulo dependeu, desde o princípio, da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do café". Esta verdade está ainda

expressa no mapa de São Paulo, onde apenas duas regiões estão marginalizadas do roteiro do café, o extremo-sul do Estado e o Vale do Ribeira, aquele apelidado de "Ramal da fome" e este "Nordeste Paulista". As causas deste subdesenvolvimento, que se estende até os dias de hoje, são claras: faltou-lhes a força econômica do café, o prestígio e a influência dos fazendeiros do café, a classe dominante no país até as primeiras décadas deste século. Em contrapartida, regiões mais recentes, acionadas pelo café, experimentaram um desenvolvimento sem precedentes na história paulista. Marília é uma delas. Apareceu no mapa em 1928, com o nome de Alto Cafezal e em duas décadas se transformou na cidade de maior crescimento em todo o Estado de São Paulo. Este já não é o caso de Rubiácea, que faz lembrar as "cidades mortas" de Monteiro Lobato. Considerado um dos municípios de mais futuro na Alta Noroeste, por volta de 1920, ele guarda hoje, dos seus tempos de glória, apenas uma praça inacabada e a certeza de que sem café não há desenvolvimento. É que, enquanto a cidade sonhava com a riqueza dos seus 3,8 milhões de pés de café, veio a crise, a erradicação, levando água abaixo as esperanças da população.

Diferente foi a sorte de Cafelândia, que com seus 15 milhões de cafeeiros em produção e 8 milhões em formação, projetou-se como o maior centro cafeeiro do mundo. Como Rubiácea, a cidade surgiu em razão da entrada do café pela Alta Noroeste. Era um pequeno núcleo ferroviário, junto à Estação de Pena, que vivia sobressaltado com a contínua ameaça dos índios coroados. O café foi mais forte que tudo, atraíu centenas de famílias imigrantes e o seu poder econômico permitiu até mesmo a contratação de engenheiros de São Paulo para planejar uma cidade moderna, conforme era o so-

nho do seu fundador, José Zucchi.

## Na Rota do Café

Mármore, entalhes em madeira de lei, lustres dos mais autênticos, pinturas raras, terraços, sacadas, estes são alguns detalhes do palacete Palmeira, um dos monumentos históricos que a euforia do café deixou, de passagem por Pindamonhangaba, no Vale do Paraíba. Em Cachoeira Paulista ficou um teatro com palco, frisas, camarotes, torrinhas, decoração de Alexandre Pogge e muito luxo. Outro teatro pode ser visto em Lorena. E aí, segundo a tradição, apresentavam-se

as mais célebres companhias do País e do exterior. Em tudo, enfim, na cidade e no campo, ainda hoje é possível observar o fausto dos solares e das mansões da nobreza do café, que dominou o Vale do Paraíba, de 1846 a 1870, quando a região foi a principal produtora do Estado, com 3 milhões de arrobas.

A partir de 1886, começa a decadência do Vale, surgindo como expressão do café a região de Campinas, que a essa época registrava uma produção superior a 3 milhões de arrobas.

A cidade ganhou um impulso extraordinário e fama

de um dos centros mais avançados do País, social e economicamente. Foi a época dos 42 barões do café. Para o transporte urbano foram instalados os bondes puxados a burro, a cidade foi iluminada a gás, ganhou calçamento, água encanada, passou a ser servida por ferrovias e cogitou até mesmo da fundação de um banco agrícola, com recursos próprios. O comércio, então, era o mais sofisticado da época, com artigos importados diretamente da Europa, atraindo até mesmo a elite da Capital da Província. Para mostrar a força econômica dos campineiros da época, costuma-se contar

que nessa fase áurea, um dos filhos da baronesa Bierrenbach, Cesar Bierrenbach, fundou um Centro de Ciências, Letras e Artes e com isso pretendia financiar uma expedição antropológica à Amazônia, o que acabou não acontecendo porque Cesar morreu.

As atrizes de fama internacional que visitavam o Brasil apresentavam-se em Campinas e Rio de Janeiro, como aconteceu com Sara Bernhardt. No final da monarquia, a cidade sustentava os seus cafés tradicionais, calcados no mais puro estilo parisiense. Aí era o ponto de encontro da ci-

dade, tramava-se contra o rei e amadureceram os ideais republicanos. Um desses estabelecimentos, o "Café do Povo", sobreviveu até a década de 60, quando encerrou as suas atividades. E assim desapareceu tudo o mais que ligou Campinas ao café, restando alguns poucos vestígios nas sedes das grandes fazendas.

## A vez de Ribeirão

No começo deste século tem início a decadência da região de Campinas, em termos de café, e o avanço desbravador se estende além de São Manuel, na Alta Sorocabana e começa a desmatar a Noroeste, a Mogiana e a Alta Paulista. E o café vai desenhando no mapa despojado de São Paulo, novas cidades: Botucatu, São Manuel, Bauru, Paraguaçu Paulista, de um lado; São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília, Cafelândia, Pirajuí, Campos Novos Paulista, São Pedro do Turvo, Lins, Glicério, Penápolis, Promissão, Birigui e outras. A incursão pelo sertão fechado, de índios e de mistério, vai criando novos heróis de um novo ciclo da história paulista. Cincinato Braga rompe a Alta Paulista e, como ele, também Antônio Pereira da Silva, que acaba fundando Marília, o cel. Ferraz Salles rompe por outra picada, o cel. Joaquim de Toledo Piza e Almeida deixa São Paulo e arranca pelos confins da Noroeste, plantando em pleno sertão de Pirajuí a maior cultura de café da época, com um milhão de pés e o mineiro José Teodoro de Souza rompe pelas margens do rio do Peixe.

A esse tempo, a Mogiana assumia a liderança da produção cafeeira paulista e Ribeirão Preto substituiu Campinas, com todas as honras e requintes.

"Para o município, no início do século, chegou a existir uma política externa do café" — acentua o historiador José Pedro Miranda, para situar a importância de Ribeirão Preto, na fase do café. Ele destaca ainda que o

nome da cidade era lembrado com respeito nos parlamentos da França e da Alemanha. O município se projetou em todos os setores, ganhou cinemas, teatros, boates, ferrovias e toda uma infra-estrutura que veio garantir a pujança que a cidade desfrutava hoje. Da época áurea do café, que vai de 1880 a 1929, Ribeirão Preto guarda um sem-número de histórias, algumas até com tons de fantasia. É muito comentado o fato dos grandes fazendeiros de café viajarem costumalmente em visita às "vilas" italianas, germânicas, francesas, belgas e até à Turquia, onde passavam a temporada de férias. Nessas pafes adquiriam roupas caríssimas, que depois mandavam lavar também no exterior. Dois seriam os motivos: primeiro, que se dizia que a água de Ribeirão Preto da aquela época encardida as confecções de organdis, cambraia, seda e linho, e, segundo, afirmava-se que na cidade não existia mão-de-obra especializada. Assim, era muito comum o embarque de roupas sujas pela Mogiana até o porto de Santos e daí, junto com o café, seguia para as lavadeiras de Vichy, na França.

Conta-se que mais tarde, num cabaré de Ribeirão Preto, ao final de uma apresentação, uma bailarina francesa dirigiu-se a um fazendeiro, afirmando com sotaque carregado: "desculpe-me senhor. Há muito desejava conhecê-lo pessoalmente, pois fui a sua lavadeira, na França".

Ribeirão guarda outras recordações do apogeu do café, com as visitas de D. Pedro II e de d. Tereza Cristina, em cuja homenagem se batizou o café "bourbon". Está registrada também a passagem, pela cidade, de Santos Dumont, que morou por algum tempo na fazenda de seu pai, Henrique Dumont. E foi na euforia do café que ele obteve os primeiros recursos para o invento que projetou na história da humanidade.

## Às vezes, resta apenas um passado de muito orgulho

Nas ladeiras de São Manuel, a história do café sobe e desce há mais de 100 anos, contada no dinheiro que corre, nas emoções do sucesso e no desastre de uma safra, na expectativa de um novo ano e no passado de cada família. Está expressa nas colinas que coram a cidade, onde os velhos cafeeiros, cansados do domínio de um século, vão recuando ante o avanço da cana-de-açúcar, que altera a paisagem e propõe reformas sociais e econômicas.

Na zona rural do município, algumas fazendas centenárias, com seus extensos terreiros parcialmente dominados pela praga e as tulhas de madeira enegrecidas e arruinadas pelo tempo, resistem ainda, mas já fazendo concessões de terras ao momento da cana. Aí, a tradição de famílias de governadores e presidentes, dos Campos Sales, dos Rodrigues Alves, dos Souza Queiroz, dos Pereira de Barros, dos Pupos e dos Martins; aí o berço, onde inúmeras famílias de colonos imigrantes, italianos, espanhóis e japoneses, renasceram para uma vida de fartura e de prosperidade.

Na Prefeitura, o prefeito Geraldo Pereira de Barros Filho, sobrinho do ex-governador Ademar de Barros, na sombra do jardim, um imigrante italiano saboreando a sua aposentadoria;

nas fazendas, colonos e administradores, ou no comércio, na indústria e nas profissões liberais, todos têm um passado só, o café. O próprio município de São Manuel tem a mesma origem, o café. Carlos Dellgallio, um homem de 82 anos, duas vezes prefeito da cidade, ainda tem memória para dizer isso com detalhes, que podem ser confirmados num almanaque, puido e amarelado, que exibe em suas mãos. "No começo do século, quando quase todo o interior nem sabia o que era água encanada, rede de esgoto, calçamento e iluminação, São Manuel já tinha tudo isso". O almanaque completa os dados: em 1.927, a cidade tinha três bancos, 602 veículos, entre automóveis, caminhões e ônibus. O correio chegou em 1884 e o sistema ferroviário em 1888, justamente para atender a então maior produção do Estado. E completa o prefeito veterano: "tudo isso São Manuel deve aos seus 28 milhões de pés de café", hoje reduzidos a pouco menos de 10 milhões.

## Tábua de salvação

O papel desenvolvido pelo café supera as fronteiras nacionais, para se constituir também na tábua de salvação da comunidade mundial menos favorecida que, buscando novas opções de vida,

acabou numa plantação de café. Foragidos da guerra, da fome, de catástrofes e da miséria de cada parte do mundo, italianos, russos, espanhóis, alemães, japoneses e sulcos encontraram-se um dia nas colônias das fazendas de café. Em 1927, a Fazenda Igualdade tinha 258 colonos, sendo 237 estrangeiros; a Fazenda Santa Maria do Paraíso mantinha em suas colônias 12 famílias brasileiras, 19 italianas e 5 espanholas, e na Fazenda São José, dos 112 trabalhadores, 82 eram estrangeiros.

E o café não decepciona, segundo as histórias que correm nas fazendas e nas cidades. Um filho do administrador da fazenda Quebra-Potes tornou-se mais tarde governador do Estado. Foi Laudo Natel, que substituiu outro são-manvelense e cafeicultor, Adhemar Pereira de Barros; e foi sucedido por Roberto Costa de Abreu Sodré, casado com filha de fazendeiro de café, o Melão, também de São Manuel. Outras narrações lembram nomes como Lorenzetti, hoje proprietário de usinas de açúcar e fábricas de óleo; os Svizzer, hoje donos de uma rede de supermercados em Bauru e, assim, uma infinidade de nomes que hoje dominam a agricultura, o comércio e a indústria, ao longo do tronco da antiga sorocabana.

## Café na região

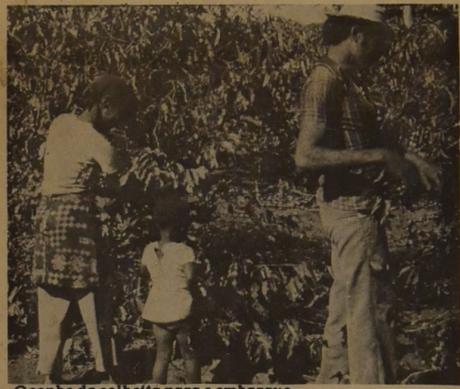
Não existe elemento preciso a determinar a data da chegada do café na região de Botucatu e São Manuel ou a fazenda responsável por esse pioneirismo, afirma Luiz Sivieri, pesquisador da história de sua terra. Há várias versões procurando situar a chegada do café antes de 1864 quando, se sabe, o fundador da cidade, o alferes Manuel Gomes de Faria, já plantava café em sua propriedade. Alguns afirmam que a fazenda Morro Azul, aberta por Bernardo Dias em 300 alqueires de matas, na década de 50 do século passado, teria sido a introdutora do café em São Manuel, nessa ocasião pertencente a Botucatu. Desse fato, entretanto, não há qualquer documento. "Coube porém à Fazenda Morro Azul, já então de pro-

priedade de Antônio Franco de Souza Aranha, a primazia de introduzir em território paulista o então discutido café "bourbon", conforme relata João Caldeira Neto em seu livro "As nossas riquezas", editado em 1.927.

O que é definitivo é que a maioria das fazendas tradicionais de café que ainda hoje existem em Botucatu, São Manuel, Arleópolis, Pagaraguá, Barra Bonita e Jaú surgiu no final do século passado, produzindo a riqueza básica que até 20 anos atrás sustentou a região social economicamente.

Desse período ainda há preciosos testemunhos na região, com seus terreiros imensos, equipamentos empíricos e até campanário, que convocava os colonos distribuídos pelos imensos cafezais. A fazenda Redenção, da família Pereira de Barros, é um desses marcos que subsistem, parcialmente ativos. Lá ainda pode ser apreciado o casarão do fazendeiro de café do século passado, construção ampla, de sacadas e varandas, dominando a fazenda e o imenso terreiro onde o café se cava. Ali pode ser vista, quase em ruínas, uma estação ferroviária que adentrava a fazenda, quase à porta da sede, para o transporte da produção. A propriedade é de 1869, uma das mais antigas do município e a sua produção, hoje, talvez não chegue a 50% do seu período de apogeu. Isto talvez explique o fato de os terreiros estarem parcialmente cobertos de mato, as tulhas inativas e o casarão, em parte, vago.

Do imenso terreiro, um cantinho apenas ocupado hoje pode muito bem expressar a decadência do café no município de São Manuel. Ele não é mais o símbolo da economia local, dividindo hoje essa glória com a cana-de-açúcar que invade até mesmo as fazendas tradicionais. Os sinos dos campanários talvez nem toquem mais, os colonos são poucos, as plantações pequenas. Toca, sim, a buzina na periferia das cidades, anunciando a partida do caminho do "bóia-fria" à cidade, uma figura nova na paisagem da região e que chegou com a cana, substituindo o café e os seus tradicionais colonos.



O sonho da colheita para o embarque...



...pode acabar em apenas uma geada.



## Produtor de sonhos e decepções

Para apenas dar uma idéia do valor do café para o Brasil, Simonsen destaca que da independência até o ano de 1938, para um total da exportação brasileira de 3 bilhões e 400 milhões de libras esterlinas, o café sozinho correu com 2 bilhões. Nada mais natural, diante disso, que o café tenha construído um Estado da projeção de São Paulo, tenha coroado reis, tenha erguido regiões e cidades.

Geremias Lunardelli é um desses homens a quem o café emprestou todo o seu poder. O seu império era formado de 16 milhões de cafeeiros, a maior plantação individual do mundo, fruto apenas do esforço e do trabalho de um imigrante que chegou para vencer.

Mas, parece que foi só a ele que o café tocou com a sua varinha de condão, pois sua morte, em 1962, decretou a dissolução do seu império erguido ao longo de 70 anos. Dos 16 milhões de pés do "rei do café", restam hoje apenas 3 milhões de plantas. Suas terras

foram divididas entre os seus nove filhos, nenhum disposto a conservar a cafeicultura, trocada pela pecuária. E esse desinteresse é explicado hoje por um dos netos de Geremias, o jovem Paulo Lunardelli, que confessa: "Em meio às crises, aprendi a não gostar do café".

## Predestinação

Quando o café deu a sua arrancada, conquistando as terras do Noroeste, então dominadas pelo índio coroados, o grande destaque foi a Fazenda da Paca, em Pirajuí, onde o cel. Joaquim de Toledo Piza e Almeida plantou, em 1.888, na clareira aberta na mata, um milhão de cafeeiros, talvez o projeto mais ousado para um tempo em que os recursos eram precários, representados apenas por carro de boi e burros de carga. Dessa velha fazenda restam apenas 100 plantas que já morreram há muito tempo, mas que ainda simbolizam, nos galhos retorcidos e no mato que as

domina, o início da história do café da Noroeste, que abriu os caminhos para a Paulista e se consolidou na Sorocabana.

Mas Pirajuí não parou nesse cafezal abandonado. O município poderá representar um papel importante na história da cafeicultura paulista. Se com burros e bois os seus heróis pioneiros implantaram a maior cultura da época, hoje com as colhedoras mecânicas, os agricultores modernos têm planos para a maior fazenda de café do mundo.

Essa tarefa está destinada a dois mil colonos e "bóias-frias" requisitados num raio de 100 quilômetros, cinco agrônomos, 11 técnicos agrícolas, 62 tratores e 40 caminhões. A sua missão é transformar a antiga Usina Miranda no maior cafezal do mundo, com 10 milhões de plantas, dentro da mais avançada técnica, desde a preparação do solo até a colheita, que será pela primeira vez mecanizada. São mais de 8,5 mil hecta-

res de terras, atingindo áreas dos municípios de Pirajuí e Presidente Alves, ao longo da rodovia Marechal Rondon". Aí, o Grupo Atala quer fazer uma revolução cafeeira, não só pela extensão, como também pela técnica, esperando contar, para isso, com financiamentos oficiais que têm gerado amplos debates desde que foram divulgados.

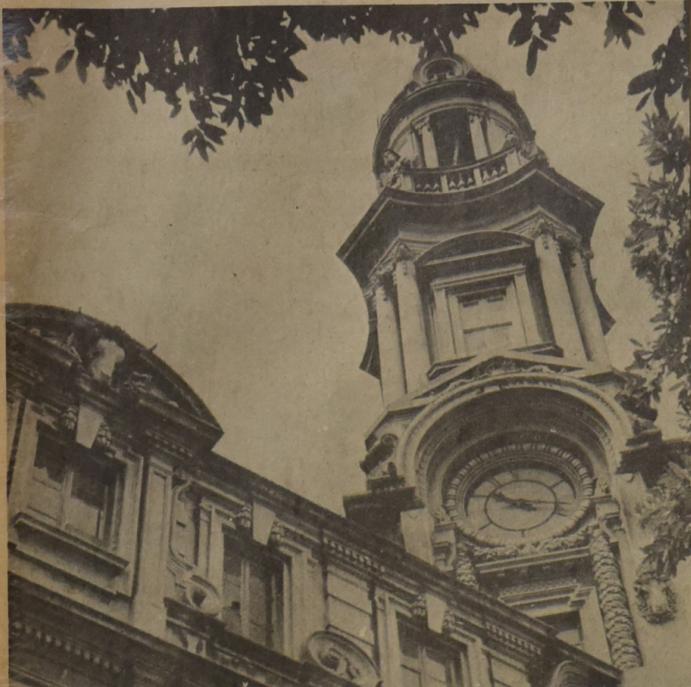
Na primeira fase de implantação do projeto, que prevê a formação de 4.350 mil pés, já foram aplicados mais de 6 mil quilômetros de filme de polietileno, a mais nova técnica agrícola de retenção de umidade no solo e eliminação de gramíneas em cafezais. Na segunda etapa serão plantados mais 5.650 mil pés, transformando o grupo Atala no maior produtor de café do mundo, com um total de 20 milhões de cafeeiros. O projeto prevê o financiamento pelo IBC de 9 milhões de covas — 4 milhões já foram financiadas — ao valor unitário de oito cruzeiros.

**HERBITÉCNICA**  
HERBICIDAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**MICROELEMENTOS LÍQUIDOS**

**ENVY**

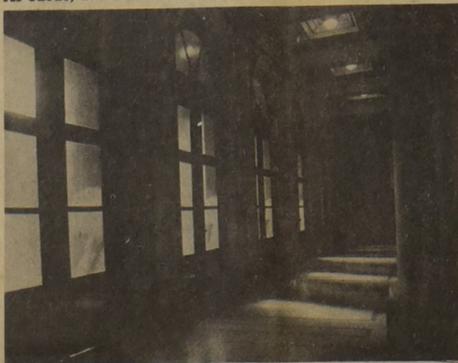
COM BORO, COBALTO, COBRE, FERRO, MANGANÊS, MOLIBDÊNIO, ZINCO. PRODUTO DE EXCEPCIONAL QUALIDADE PARA TODAS AS CULTURAS. APLICAÇÃO FOLIAR OU CORREÇÃO DE SOLO. INFORMAÇÕES: **ADUBOS BOUTIN LTDA.** AV. 7 DE SETEMBRO, 2064 — FONE 24-1296 80.000 — CURITIBA — PARANÁ



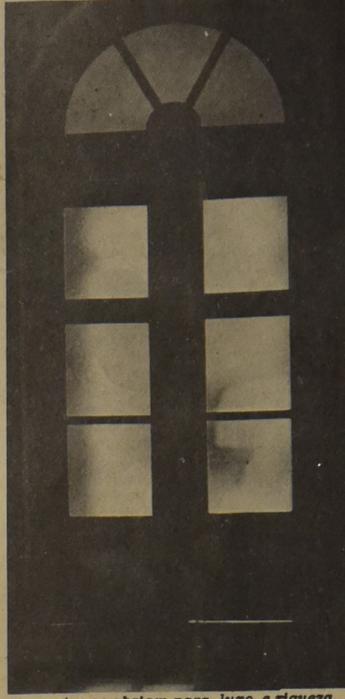
O prédio da Bolsa de Café, em Santos — testemunho de uma época.



As casas, um estilo de vida moldado pela riqueza.



Nos salões da Bolsa de Café, o silêncio.



As portas se abriam para luxo e riqueza.



Tempo só não destruiu lembranças.



Os barões se foram, ficaram as casas.

# Santos — surge um porto, o maior

Se o café foi o elemento forte do Interior, a ponto de alterar toda a geografia do Estado e determinar os rumos do desenvolvimento e da economia paulista, não foi outra sua influência na faixa litorânea, onde sua força expandiu os portos e determinou até obras de saneamento, como no caso da febre amarela em Santos.

No final do século passado, a cultura da cana-de-açúcar, acuada em seus redutos mais tradicionais, cedia terreno ao cultivo cada vez mais intenso do café. Grande parte dessa produção era destinada à Europa, via porto de Santos. Mas as instalações de embarque — oito pontões e trapiches — aos poucos iam se mostrando precárias e insuficientes para o crescente movimento. O café exigia um cais moderno, um porto novo.

Porém, as reivindicações da cafeicultura se defrontavam com dois sérios problemas: a febre amarela, que atugentava as embarcações de Santos, e a falta de recursos do governo para erradicar a doença e construir um terminal capaz de "aguentar" o volume do café que chegava. Sentiu-se, inicialmente, atendendo recomendação do ministro José Luz Vieira Cansação Sinimbu, em entregar as obras a empresas particulares, tanto da construção de novo porto, como de saneamento. Mas a medida não vingou, pois os primeiros concessionários, Conde da Estrela e Agular Pertence, acabaram desistindo da empreitada depois de nove anos de tentativas.

As pressões do comércio de São Paulo e Santos continuavam obrigando a elaboração de um novo projeto do porto, desta vez a cargo do engenheiro inglês Milnor Roberts. Agora, é o governo da Província de São Paulo que assume a responsabilidade da obra, mas desiste logo depois, diante do vulto do empreendimento e das dificuldades oferecidas pela febre amarela, que dizimava a população santista e a tripulação dos navios atracados em Santos.

A situação era tão grave que o deputado Alfredo Ellis assim denunciava o fato: "O nosso porto tornou-se o espantado do comércio marítimo estrangeiro, não ape-

nas porque 65 capitães de navios sucumbiram — 63 vítimas da febre amarela —, mas, também, devido à falta de armazéns para depósito os faz ter." De 1889 a 1895, período mais crítico da febre amarela, 6.541 pessoas morreram dessa doença. Só em 1901 a incidência caiu, registrando-se apenas quatro casos.

## PRIMEIRAS OBRAS

Após a desistência do governo paulista, nova concorrência é aberta e a concessão entregue à firma Grafre, Guinle e Companhia Limitada, que em 1892 é substituída pela atual Companhia Docas de Santos. As obras são atacadas em ritmo acelerado e já em 1892, Santos e a cafeicultura começam a colher os primeiros resultados do porto ampliado e da área saneada. O cais tinha 260 metros e funcionava o primeiro armazém.

As obras prosseguiram com novas ampliações, mas a demanda do café era mais rápida. O clima de reivindicações permanecia, surpreendendo até o ministro Rui Barbosa que, despa-chando durante dois dias em Santos, promete a construção de mais armazéns, a fim de evitar que o café estocado continuasse exposto nas ruas de Santos, sujeito às intempéries e à gatu-nagem.

Nesses primeiros vinte anos de concessão, foram construídos 4.720 metros de cais, com investimentos de 108 mil réis. Esse período coincidiu com uma importante fase da cafeicultura, exigindo-se cada vez mais do porto. No volume exportado o café ganhou cedo a liderança: de dois milhões de sacas exportadas em 1895, passa, progressivamente, a 13 milhões, quantia nunca superada em qualquer parte do mundo.

Mantendo desde o início a tradição como porto exportador de café, em 80 anos de operação da Companhia Docas, 62 por cento do café exportado pelo Brasil passaram por Santos, totalizando 652 milhões de sacas. Por esse motivo é que o nome da cidade sempre esteve mundialmente ligado ao café, motivando, inclusive, o surgimento de um novo produto: o café tipo Santos.

## Os velhos tempos da Bolsa

"Era muito difícil andar na rua, de tanta gente. E senhoras respeitáveis não podiam andar por lá. Os grandes negócios eram feitos durante os jogos de dados. Trabalhava-se muito. Até nos sábados e segundas-feiras de carnaval, quando os corretores, das janelas dos sobrados, pescavam os chapéus de quem passava embaixo, diz um velho comerciante, com 54 anos de praça.

Esse mesmo exportador conta, "de ouvir falar", sobre o vigia que os negociantes colocavam no pico do monte Serrat, no século XIX. "Do morro, ele sabia quando o café vinha chegando do planalto, nos burros, através de sinais. Hasteava então uma bandeira. Era indício de que os negócios tinham que ser feitos rapidamente, porque a chegada de novas cargas provocaria queda de preços.

Foram os bons tempos da vida santista, do dinheiro fácil e diversões caras no Miramar, na ilha Porchat e no monte Serrat, com seus cassinos da década de 30. Tempo dos corretores de apelidos curiosos e das brincadeiras até hoje lembradas na rua XV.

Renato Freitas Levy, vice-presidente da Associação Comercial de Santos, 36 anos de café, diz que, apesar de todas as brincadeiras, os corretores andavam sempre "bem alinhados". Cita entre as figuras da rua XV o "célebre Bar do Comércio, do João Careca, cujos fundos eram utilizados pelos corretores como escritório. E eles só pagavam a despeza quando podiam. O João esperava".

Hoje, bar famoso é o da Docas, quase na esquina da rua do Comércio. Ali são fixados os cartazes e os desenhos criticando, sempre com humor, a política cafeeira, as autoridades responsáveis, a situação de penúria de todos. A crise atual — considerada a maior da história do café — nascida em abril, com a paralisação do mercado, levou os corretores a batizar a rua XV de "rua de lazer" e ali promover jogos de futebol.

Na opinião de Levy, Santos ainda é a capital mundial de café, assim como o café tipo Santos é sinônimo de qualidade em qualquer lugar. Na Bolsa Santista, "não se pode comercializar café do tipo Rio, porque é produzido em fazendas litorâneas e tem paladar desagradável. Isso desmoralizaria o café Santista", afirma.

A propósito, esclarece Alceu Martins Parreira, exportador e estudioso do café, "a função do comércio exportador não é apenas vender. Ele funciona como uma indústria, que prepara o produto sabor de cada comprador, uniformizando a safra e neutralizando as alterações das misturas dos torrefadores".

Acrescenta ainda que "essa técnica nos é imposta por uma decorrência natural da cafeicultura brasileira, com dois ou três estágios de maturação, em regiões e climas dos mais diversos. As variedades e tipos e qualidade nos confere, também, essa condição sob certos aspectos superior aos dos nossos concorrentes, de armazém mais bem sortido, podendo atender a todos os gostos e requisitos".

Alceu Parreira diz que um dos mais velhos documentos de exportação por Santos, descoberto até hoje, data de 1795. "Refere-se a uma remessa feita pelo marechal Arouche de Toledo Rudon a seu irmão, o erudito bibliófilo Diogo Ordonhes, então morador em Lisboa". Segundo Antonio Toledo Piza, em 1797, saíram de Santos para o Reino, 1924 arrobas de café em três navios".

Em Santos, os estudiosos contam que o surto cafeeiro em São Paulo foi lento em sua fase inicial. Em 1836, o Oeste paulista ainda produzia muito pouco: apenas 4 mil sacas, contra 106 mil do vale do Paraíba, chamada na época de Norte da Província. Ao todo, São Paulo tinha 15,8 por cento da produção brasileira. E Santos exportava apenas 19 mil sacas. A maior parte da safra era colhida ainda no Rio de Janeiro e descia a serra em direção a Juramirim, Ubatuba e Parati.

A dificuldade de transportes para Santos favorecia a saída do café para os portos do Rio de Janeiro, que já dispunha de ligação ferroviária. Os portos paulistas mais importantes ainda eram Caraguatubá, Ubatuba e São Sebastião, onde o café chegava nos lombos de burros.

Já em 1866, fundava-se a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Navegação, juntamente com a São Paulo Railway, ligando Santos ao planalto a partir de 1869. A Estação da Luz é o marco mais importante dessa modificação. Ela é considerada hoje o símbolo da "segunda etapa do desenvolvimento da cidade de São Paulo". Com o fim da escravidão e, conseqüentemente, o fim do café no Vale do Paraíba Fluminense, era natural a construção de um novo porto de embarque de café que, agora, passava a chegar cada vez em maior quantidade do Oeste do Estado. Rio, Parati, Ubatuba, Caraguatubá e São Sebastião deram lugar a Santos que, na última década do século passado, se tornou, graças ao café, o maior embarcador de café do mundo. A tal ponto que Santos e café viraram sinônimos.

Com o café, a cidade de São Paulo, que dividia com Campinas as características de centro econômico, cultural e artístico, passa a se expandir. A decisão para a escolha do local da nova estação foi demorada, optando-se, finalmente, pela Luz, em São Paulo. Em Campinas ficaram os barões, depois os coronéis. Mas tudo se decidia, a partir daí, na Capital da província.

Alceu Parreira explica que, a partir de 1950, exportando 71 milhões de sacas, contra 76 milhões de todos os outros portos, Santos começou a perder sua posição majoritária no confronto da exportação brasileira. Nos quatro anos seguintes, de 1960 a 1963, a defasagem se acentuou, pois enquanto partiam dele 27 milhões de sacas, os outros portos nacionais escoavam mais de 40 milhões.

Em 1951, esse exportador dizia: "as causas básicas da perda de substância no movimento cafeeiro de Santos e do rápido aumento do vizinho porto sulino de Paranaguá são bem claras. A grande crise de 1929 e os preços baixíssimos, que daí vigoraram por muito tempo, desanimaram os produtores paulistas, que tiveram de suportar por vários anos o regime de cotas de sacrifício, mais se preocupando em poder manter suas lavouras do que propriamente com o resultado econômico delas. O balanço de tudo isso foi desastroso para as lavouras de São Paulo as quais, de 1,7 bilhão de cafeeiros que possuíam em 1931, caíram para 600 milhões".

A situação crítica do porto de Santos em relação ao café continua sendo vivida hoje, quando os armazéns, com capacidade para quatro milhões de sacas, chegaram a ficar com 600 mil. Nunca os estoques estiveram tão baixos. Para se ter uma idéia de como estão baixos, basta lembrar que a 1ª de julho de 1895 havia no porto 145 milhões de sacas, diz, angustiado, Augusto Saraiva.



Até a arquitetura tinha suas regras.

## Agora, só resta lutar pela união

Daquele tempo de ouro, em que o café nomeava ministros e presidentes, sobram a Bolsa, austera e impetuosa, o bom humor dos corretores e a luta dos exportadores, visando manter a praça unida e fiel aos seus compromissos. E, apesar de toda a crise atual, é na rua XV de Novembro que ainda nasce boa parte das divisas que mantêm quase a metade da balança comercial brasileira, conforme insistem em lembrar os mais antigos comerciantes.

Descapitalizados, os exportadores pedem o fim do "dirigismo oficial da política de preços" e novos financiamentos. Sonham com a reativação da Bolsa do Café, frisando, porém, que ela só vingará quando as cotações puderem ser fixadas segundo as forças naturais de mercado. Augusto da Silva Saraiva, presidente da Associação Comercial de Santos, acha que a Bolsa poderá, em breve, voltar a ser importante na cidade, como no passado. Fala em "estudos de viabilidade", mas não fornece detalhes, enquanto outros importantes corretores dão como certa a instalação de uma Bolsa de Café em São Paulo. Enquanto isso, a velha Bolsa santista, fundada a 7 de setembro de 1922, mantém pontualmente seus dois pregões diários, às 10 e às 15 e 30. No recinto vazio, três velhos

corretores lêem as cotações, fixadas conforme a média de preços fornecidos por três firmas. Essas cotações têm valor jurídico e são enviadas ao exterior como oficiais.

Nos amplos salões, decorados com bom gosto e riqueza, a história do café se confunde com a história de Santos, Mármore de Carrara, cristais belgas, móveis escuros em madeira de lei. A memória dos barões do café está intacta nas conversas dos velhos comerciantes que, às vezes, visitam a Bolsa com ar de saudade, e nas rodinhas da rua XV.

Apesar das dificuldades financeiras de quase todos, a maioria fala com orgulho de suas riquezas, destacando, invariavelmente, os quadros de Calixto que, na Bolsa, são mais caros que o próprio prédio que os abriga. Os painéis retratam momentos históricos da cidade: "Fundação da Villa de Santos-1545", "Vista da Ilha Braz Cubas" e "Porto de Santos em 1922".

Segundo historiadores, o edifício da Bolsa do Café foi construído através de subscrições de várias firmas. Elas conseguiram arrecadar seis mil contos de réis, mas o preço total acabou ficando em 12 mil contos. O governo estadual ajudou a Companhia de Construtores de Santos, colocando títulos do tesouro, que foram resgatados pelos comerciantes santistas.

## Sem bancos, havia os comissários

As casas comissárias de café possibilitaram a expansão da agricultura e do comércio. Elas foram as financiadoras da lavoura, os primeiros banqueiros do cafeicultor. Adiantavam recursos para os plantios e, depois, para os gastos de custeio, mediante, muitas vezes, simples contratos verbais ou epistolares. A colaboração entre comissários e cafeicultores era tanta que um conhecido cafeicultor chegou a colocar em sua fazenda, no lugar de honra, um quadro onde exibia a todos os convidados os saques bancários que havia feito contra seu comissário em Santos.

Mas os comissários — revela a historiadora Bertalda Lopes — foram insuficientes para sustentar, sem dificuldades, as novas necessidades monetárias da economia. O comissário que, dispondo de capital, podia estocar o produto e realizar

uma certa regularização da oferta, viu-se diante da necessidade de colocar imediatamente à venda o café que lhe chegasse às mãos, a fim de poder cumprir seus próprios compromissos.

Essa inversão de papéis deu ao exportador, na maioria agentes de empresas estrangeiras, a capacidade de comprimir ainda mais os preços. Bertalda acha inútil a velha discussão de que o aumento do poder de barganha do exportador só poderia adquirir importância, quando a oferta de café crescesse com mais rapidez que o consumo. Todavia, esse fato veio se registrar anos depois.

Os produtos próprios para exportação eram consignados aos comissários, em Santos, que, por sua vez, os vendiam às casas exportadoras. Os fazendeiros recebiam, então, dos seus comissários, as contas da venda,

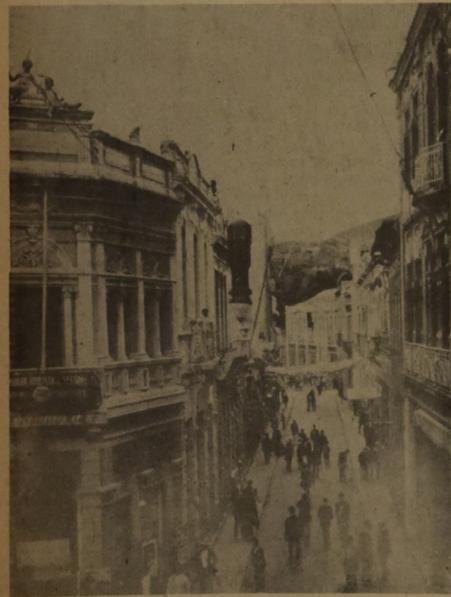
deduzida a comissão, o saldo contra o adiantamento feito era pago em dinheiro ou creditado por conta do custeio da próxima safra.

"Os anos passam, Santos se transforma e, em 1901, há no porto cem pontões de embarque, os armazéns abarrotados de café, os navios aglomerados na barra, concorrendo para que nos meses de verão haja surtos epidêmicos", diz Bertalda. Até a segunda década do século XX, o comércio de café era feito em estoque. A mercadoria era comprada na época das colheitas, obrigando torrefadores e importadores a adquirirem grandes estoques para ininterrupto suprimento da freguesia. Isso exigia grandes capitais, com o conseqüente aumento da mercadoria, em função dos juros acumulados dos créditos empatados.

Os negócios do comércio eram imprevisíveis.

As condições favoráveis ou desfavoráveis do clima muitas vezes aumentaram ou diminuíram as safras extraordinariamente, transtornando o cálculo dos operadores. Também contribuíam para essa instabilidade as eventuais falta de dinheiro, carência de braços, os trustes e a desorganização das instituições bancárias.

A Primeira Guerra Mundial foi desastrosa para os santistas. A exemplo do que se fazia na Europa, fundaram-se em Santos, em diversas épocas, caixas de liquidação, reguladas pelo sistema de depósito e margens, para garantir as operações do futuro. Entretanto, com a guerra, essas caixas de liquidação arruinaram-se e era necessário fundar-se uma instituição insuspeita, ou seja, sem interesses nos negócios da praça, a fim de garantir o futuro. Esse organismo foi criado com o nome de Bolsa Oficial do Café.



A rua XV de Novembro no início do século.

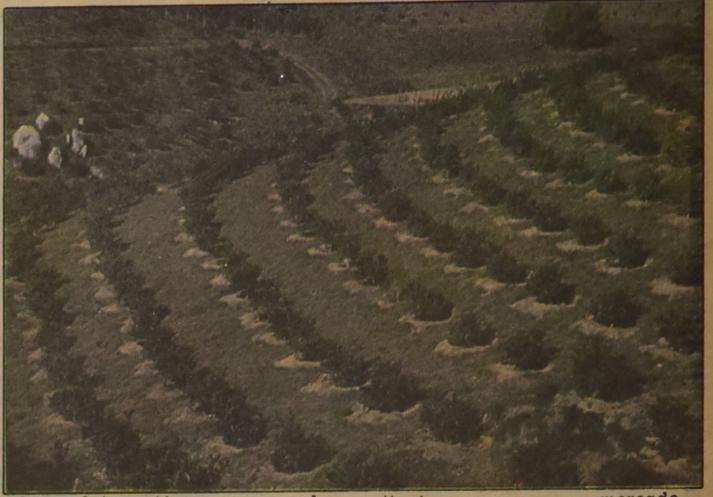
<p><b>VENDEM-SE</b> <b>TOURINHOS RAÇA SINDI</b> <b>LÊITE EM ZEBU</b></p> <p>Fazenda Fortaleza - Acersburg MG, em São Paulo Fone: 65-5630. Com Eduardo Filho.</p>	<p><b>ÁRVORES</b></p> <p>SIBIPIRUNAS, BAHUINIAS E QUARESMEIRAS acondicionadas em saco plástico. Alturas entre 1,00 e 2,00 metros. Qualquer quantidade. Pronta entrega. Ligar 210-5294 e 212-8305.</p>		
<p><b>COLIBRAC SEMENTES P/PASTAGEM LTDA.</b></p> <p>Temos p/pronta entrega:</p> <table border="0"> <tr> <td data-bbox="1451 2672 1673 2930"> <p><b>GRAMINEAS:</b> Bermuda Grass Brachiaria Decumbens Brachiaria Humidicola Brachiaria Ruzizienses Capim de Rhodes Colônia Gordura Green Panic Jataguá Pensacola Sempre Verde Setária, etc.</p> </td> <td data-bbox="1673 2672 1907 2930"> <p><b>LEGUMINOSAS:</b> Calopogonio Centrosema Galactia Striata Lab lab Leucaena Mucuna Preta Siratro Soja Perene Stylosanthes, etc.</p> </td> </tr> </table> <p>TELEFONES: 246-6282 e 247-0064 Rua Estrada do Mar nº 116 - Vila Inglesa - Sto. Amaro - S.P.</p>		<p><b>GRAMINEAS:</b> Bermuda Grass Brachiaria Decumbens Brachiaria Humidicola Brachiaria Ruzizienses Capim de Rhodes Colônia Gordura Green Panic Jataguá Pensacola Sempre Verde Setária, etc.</p>	<p><b>LEGUMINOSAS:</b> Calopogonio Centrosema Galactia Striata Lab lab Leucaena Mucuna Preta Siratro Soja Perene Stylosanthes, etc.</p>
<p><b>GRAMINEAS:</b> Bermuda Grass Brachiaria Decumbens Brachiaria Humidicola Brachiaria Ruzizienses Capim de Rhodes Colônia Gordura Green Panic Jataguá Pensacola Sempre Verde Setária, etc.</p>	<p><b>LEGUMINOSAS:</b> Calopogonio Centrosema Galactia Striata Lab lab Leucaena Mucuna Preta Siratro Soja Perene Stylosanthes, etc.</p>		



Os produtores ainda reclamam da falta de uma receita justa capaz de compensar todos os seus investimentos.



O "Convênio de Taubaté" (1906), ainda é indicado como a melhor saída.



Os produtores têm-se preocupado em atingir um consenso no mercado.

# O JOGO DO ACORDO DE PREÇOS

Um acordo que reúna partes com interesses antagônicos é, em princípio, de difícil realização. E quando tais interesses giram em torno de bilhões de dólares, a situação se complica. Mesmo assim, os países produtores e consumidores de café conseguiram chegar a um conjunto de normas cuja principal finalidade consistia em estabilizar os preços do produto e manter a oferta equilibrada por longos períodos.

Não foi sem grande esforço, que se atingiu esse resultado em 1962. Antes, em sucessivos acordos unilaterais, os produtores tentaram ordenar a oferta, fixando quotas de exportação e outros mecanismos de disciplina. A idéia do primeiro deles surgiu em 1954, através de proposta apresentada ao Conselho Interamericano e Social da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os estudos evoluíram e, em outubro de 1957, na cidade do México, sete países — Brasil, Colômbia, Costa Rica, Salvador, Guatemala, Nicarágua e México — assinaram o Convênio do México. Esse acordo fixou quotas trimestrais de exportação para os países membros, com objetivo de estabelecer um instrumento regulador da oferta de café no mercado internacional e assim evitar a depreciação das cotações. Depois de um curto período em que os preços externos reagiram, o aumento das disponibilidades de café depressiu o mercado, e as cotações declinaram em princípios de 1958.

Os países produtores de café voltaram a reunir-se, debatendo inclusive a criação de instrumentos mais eficientes para controlar a oferta. Para isso também contribuiu a mudança de posição do governo dos Estados Unidos, até então contrário à criação de acordos internacionais para regularizar o mercado. Após sucessivas reuniões realizadas em Washington, acabou sendo firmado, nessa cidade, em setembro de 1958, o Convênio Latino-Americano do Café. Dele fizeram parte, além do Brasil, a Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela.

Para estabilizar os preços, os produtores aprovaram um sistema de retenção da produção exportável. A maior parte coube ao Brasil, devido à sua condição de maior produtor mundial, com uma quota de retenção de 40% incidente sobre as exportações previstas. A Colômbia ficou com 15% enquanto os demais países integrantes do Convênio ficaram com a responsabilidade de reter apenas 10%. As quotas de retenção foram estabelecidas com base nas estimativas da produção exportável de 1958/59, feita pelo Serviço Agrícola do Exterior dos Estados Unidos.

**AFRICANOS ENTRAM**  
No entender dos especia-

listas em mercado exterior cafeeiro, foram positivos os resultados do Convênio Latino-Americano. O pacto impediu a queda dos preços e os países exportadores não reduziram suas vendas. No primeiro ano de sua execução, houve acentuadas diferenças do desempenho dos preços dos países que participaram do Convênio, como Brasil e Colômbia, e aqueles que não estavam protegidos por seus mecanismos, como Uganda e Costa do Marfim.

Em março de 1959, os efeitos do Convênio começaram a ser sentidos mais intensamente, a partir do momento em que a Junta Diretora regulamentou os dispositivos de controle das exportações. Os técnicos identificam, nesse período, uma nítida reversão da tendência declinante dos cafés colombianos, do tipo suaves, e dos arábica Santos tipo 4, enquanto ocorria o inverso com os cafés robusta produzidos pelos países africanos. Estes chegaram inclusive a ter redução de 30 milhões de dólares em suas receitas de exportação, em menos de um semestre.

A experiência obtida pelos latino-americanos, com resultados incontestáveis, atraiu os produtores africanos. Essa convergência de interesses resultou, em setembro de 1959, no Convênio Internacional do Café, que vigorou até 1960, sendo depois prorrogado por um ano. De outubro de 1961 e março de 1962, continuou prevalecendo esse acordo somente de produtores.

O novo acordo resultou no aperfeiçoamento do sistema de oferta de café no mercado internacional, mediante quotas de exportação por trimestre. A fórmula de retenção da produção exportável apresentou algumas insuficiências, principalmente devido à ausência de uma adequada estrutura de comercialização em alguns países produtores, vício que persiste até hoje.

O Convênio inovou em alguns aspectos, depois incorporados ao pacto que abrangem também os importadores. Um deles consistia no programa de expansão do consumo de café no mundo, mediante propaganda nos países consumidores, e de incentivos internos nos países exportadores. Criou-se também uma divisão especial, denominada de "Mercado dos Novos", integrada por países com elevado potencial de consumo mas que não consumiam café por falta de tradição em alguns casos, e baixo nível de renda, em outros. Decidiu-se estimular as vendas para esses mercados, não sendo tais operações debitadas nas quotas pré-determinadas para os países exportadores.

A comunidade dos produtores uniu-se em torno do Convênio, e é inegável que seus resultados trouxeram benefícios para o setor, tanto assim que, um ano após iniciar seu funcionamento, já contava com 28 países membros que representavam, na época, 90% da

produção exportável mundial de café.

**SIGNIFICADO**  
O ano de 1962, no consenso dos "experts" em café, pode ser considerado como o de maior significado para a indústria cafeeira mundial. Isso porque se negociou um convênio a longo prazo, assinado pelos governos de 54 países exportadores e importadores.

Seus objetivos básicos foram assim expressos pelos seus formuladores: 1) alcançar equilíbrio razoável entre a oferta e a procura em bases que assegurassem, a preços equitativos, fornecimentos adequados de café aos consumidores, e mercados para os produtores; 2) minorar as dificuldades causadas pelos excedentes e as excessivas flutuações nos preços; 3) contribuir para o desenvolvimento da produção e manutenção dos níveis de emprego e renda nos países membros; 4) ajudar a elevar o poder aquisitivo dos países produtores de café pela manutenção dos preços em níveis equitativos e pelo incremento do consumo; 5) estimular o consumo do café por todos os meios possíveis; 6) incentivar a cooperação internacional com respeito aos problemas mundiais de café.

Confrontados com a realidade no mercado cafeeiro internacional a partir de 1963, aqueles objetivos mostram que o espírito do Convênio — renovado em 1968 — foi atingido apenas parcialmente. Se houve, durante o período de vigência ampla do Acordo, equilíbrio entre a oferta e procura do café, é também certo que o poder aquisitivo dos países produtores não sofreu elevação em decorrência do sistema implantado. Ainda que o problema de excedentes de um produto agrícola tivesse de

certo modo influenciado menos as cotações, não se pode garantir que houve salários justos, padrões de vida mais elevados e melhores condições de trabalho.

Para os países produtores, as falhas do Convênio Internacional se revelaram mais fortemente quando a economia mundial começou a sentir os efeitos da depreciação do dólar. Comprovou-se, então, que mecanismos de quota-preço eram insuficientes para restabelecer o poder aquisitivo de uma receita de exportação lastreada em dólares. Recebam os países exportadores até maior quantidade de dólares pelas vendas de seu produto. Mas esse dinheiro já estava valendo menos nos negócios internacionais e nas relações de troca.

A saída foi pedir um reajuste para as diferentes faixas de preços. Mas os produtores despertaram um pouco tarde para esse problema. Enquanto os Estados Unidos tinham desvalorizado sua moeda em dezembro de 1971, apenas em fevereiro — dois meses depois — é que a pretensão foi apresentada à Organização Internacional do Café. O aumento de 4 centavos de dólar por libra-peso, ou pouco mais de 5 dólares por saca de 60 quilos, nem mesmo chegou à Junta Executiva daquele organismo. Um Grupo de Trabalho sequer conseguiu lograr um entendimento e não pôde, portanto, fazer qualquer recomendação à Junta.

**OUTRO CAMINHO**  
A negativa à pretensão dos produtores mostrou a eles que outro caminho deveria ser tentado, para manter vivo o objetivo primeiro do Convênio Internacional firmado também pelos consumidores — o de se obter preços equitativos, capazes

de ajudar a elevação do poder aquisitivo dos países produtores.

Esse caminho, de certo modo, foi idêntico ao percorrido antes da assinatura do Convênio de 1962. Mediante ação unilateral, consagrada na cidade de Genebra, em abril de 1972, os produtores firmaram um acordo de cavalheiros, para que a oferta de café fosse por eles controlada dali por diante, à revelia das cláusulas do pacto internacional. Retornava-se a um mecanismo de retenção com a esperança de que se pudesse provocar um aumento de preços capaz de compensar os países produtores da perda real de sua receita de exportação, determinada pela desvalorização do dólar.

Ainda que válida aquela atitude de defesa, ela serviu de pretexto para que os países consumidores endurecessem suas posições, quando das negociações para fixar, em agosto, a quota básica de exportação para o ano-cafeeiro 1972-73, bem como as bases para os reajustes seletivos, em função de cada uma das variedades de café para exportação. O máximo a que se chegou foi uma quota para o trimestre outubro-dezembro. O impasse começou a adquirir contornos mais definidos. Em dezembro de 1972, na OIC, isso se confirmou amplamente. Rompiam-se os mecanismos de controle do Acordo, mantidas apenas as condições mínimas para seu funcionamento formal. Voltava a vigorar, no mercado cafeeiro, a lei da selva, onde o mais forte é quem manda.

Do entreechoque de interesse que culminou com a ruptura do pacto cafeeiro mundial, os países produtores saíram fortalecidos e com amplas esperanças de disciplinar o mercado, pelo

menos a médio prazo. Os quatro grandes — Brasil, Colômbia, Costa do Marfim e Angola — exerciam controle sobre os demais, e entre si desenvolviam uma política harmônica, embora respeitando as peculiaridades de suas diretrizes econômicas.

Uma intensa comunicação se realizava entre os quatro, fortalecida por frequentes reuniões que exigiam o deslocamento dos dirigentes das entidades responsáveis pela política cafeeira. Na esteira desses entendimentos, chegou-se inclusive a praticar intervenções na Bolsa de Café e Açúcar de Nova York, com o intuito de neutralizar manobras especulativas desfechadas para depreciar as cotações dos cafés centro-americanos. Outra iniciativa do grupo dos quatro consistiu na tentativa de criar a "Cafemondial", uma sociedade multilateral que parecia fadada, então, a exercer papel predominante no mercado cafeeiro.

Tudo parecia caminhar bem, até que a inflação dos países industrializados, agravada pela quadruplicação dos preços do petróleo, reverteu a tendência existente. A euforia então dominante cedeu rapidamente lugar a uma depressão generalizada, que logo atingiu a receita dos produtores, e em especial a do Brasil.

**REVERSÃO**  
Não tardou muito para que toda uma difícil e exaustiva política de entendimento fosse substituída pela corrida de cada um em busca do aumento de suas exportações, numa concorrência predatória que a todos prejudicou. Nesse aspecto, o Brasil perdeu sua histórica posição no mercado norte-americano para a Colômbia, que passou a deter 16 por cento do volume das importações de café dos

Estados Unidos, contra 14,2 por cento do lado brasileiro.

Na América Central, voltaram a acentuar-se, com toda intensidade, as notórias fraquezas do sistema de comercialização. Mais vulneráveis às pressões dos importadores do que o Brasil e a Colômbia, os produtores de "suaves" trataram de colocar sem demora sua produção ao alcance dos principais mercados, a fim de reunir os dólares necessários à compra de equipamentos e pagamento das dívidas em moeda forte. Desintegrava-se, assim, um sistema que tinha mostrado certa viabilidade, ainda que em conjuntura internacional bem mais favorável, e contando ainda com oferta equilibrada, sobretudo devido à violenta redução da safra cafeeira brasileira.

O fracasso da política unilateral dos produtores, em 1974, fortaleceu a idéia de que o Acordo Internacional do Café deveria ser novamente prestigiado, como alternativa válida para evitar a depreciação ainda mais pronunciada das cotações do café. Afinal de contas se maximizar a receita tornou-se impossível, que pelo menos se garantissem as condições para um mínimo de ganhos, sob a salvaguarda dos compromissos das duas partes.

Para o Brasil, voltar ao Acordo Internacional do Café representou talvez opção pelo menor dos males. Para isso, as autoridades cafeeiras da atual administração defenderam o princípio de lutar por uma quota capaz de corresponder à efetiva participação brasileira no mercado internacional e ao seu volume de produção. Mesmo que o país não consiga receber remuneração condizente com o valor real do dólar, sempre restará a compensação de que haverá um mínimo de rentabilidade com as vendas do produto, teoricamente fixada em bases justas.

Mesmo assim, um novo Acordo Internacional, como o que foi firmado em novembro de 1972, surgiu como uma solução bastante melancólica para os produtores de café que não puderam encontrar um instrumento, como a OPEP, capaz de expressar sua força. E essa perspectiva não deixa de ser desconfortante quando, por toda a parte, os países produtores de matérias-primas procuram liquidar com o processo de aviltamento de preços a que vêm sendo submetidos há várias décadas pelos países do mundo industrializado.

**DESVANTAGENS**  
A comparação do Acordo em vigor com os anteriores evidencia que as inovações mais importantes nele introduzidas "atendem prioritariamente às preocupações e aos interesses dos países importadores" — assim o presidente do IBC, Camillo Calanzans de Magalhães, definiu as diretrizes principais do pacto mundial cafeeiro a que estão submetidos os países produtores e consumi-

dores de café. Segundo o presidente do IBC, há naquele convênio quatro itens voltados unicamente para o objetivo de oferecer maiores garantias de fornecimento aos importadores:

1. O Sistema de Quotas Mistas, pelo qual parcela importante dos contingentes anuais de exportação de cada país produtor deverá basear-se na verificação de estoques de café físico, com o que se reduziria, ou mesmo eliminaria, o alegado risco da atribuição de quotas constituídas pelo chamado café-papel;

2. As penalidades para os países que não fizerem em tempo hábil a notificação de insuficiência de seus fornecimentos;

3. O compromisso, por parte dos países produtores, de que não manterão ou adotarão medidas governamentais que restrinjam o fluxo de café para os membros importadores, quando os preços estiverem acima do ponto médio da faixa anual;

4. As disposições relativas à suspensão das quotas, em resposta às elevações rápidas e substanciais das cotações.

De acordo com a análise do novo convênio cafeeiro por parte do presidente do IBC, os países produtores não tiveram, em contrapartida, algumas garantias que sempre defenderam. A principal delas consiste nos reajustamentos automáticos ou semi-automáticos dos preços, em resposta à inflação mundial e às mudanças de paridade das principais moedas. Os produtores igualmente não encontraram apoio para a reivindicação de que se fixasse, por critérios objetivos, o contingente anual de exportação, ou para que se criasse um estoque internacional financiado conjuntamente por exportadores e importadores.

Segundo Camillo Calanzans, "existe portanto um claro desequilíbrio entre as inovações de inspiração de consumidores e de produtores, fazendo com que o novo instrumento fique muito distante do que seria desejável para o disciplinamento a longo prazo do mercado cafeeiro".

Mesmo assim, o governo brasileiro decidiu prestigiar a assinatura do novo Acordo Internacional do Café, em vigor desde primeiro de outubro de 1976. Embora restrito a um controle estatístico das exportações, devido à forte escassez da oferta agravada pela redução da safra brasileira com as geadas de 1975, o Acordo continuará exercendo a função de instrumento de apoio aos produtores quando o mercado cafeeiro voltar a uma situação de normalidade de abastecimento. Mas ainda estará muito longe de assegurar uma receita justa capaz de ressarcir os produtores de todos os investimentos feitos para garantir, aos consumidores de todas as partes do mundo, uma bebida incorporada aos seus hábitos há várias décadas

## EM 1906, O "CONVENIO DE TAUBATE"

— Uma das intervenções mais importantes dos produtores brasileiros no mercado cafeeiro, para valorizar os preços, equilibrar a produção e o consumo e evitar um colapso na economia do País — o "Convênio de Taubaté", de 1906 — mostrou ser o caminho mais acertado para não se transferir aos importadores o comando da política sobre a matéria-prima até hoje mais importante para a receita cambial do País.

O êxito do "Convênio de Taubaté" decorreu basicamente da conjugação de quatro fatores: rápido aumento do consumo mundial, equilibrando a produção e o consumo; restrições impostas ao plantio desde 1902; concentração da cultura do café no Brasil, então responsável por 80% das exportações mundiais e decisão do governo paulista de valorizar os preços, comprando os excedentes de produção.

**OBJETIVOS**  
Firmado a 25 de fevereiro de 1906, na cidade Taubaté (SP), pelos presidentes de

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o "Convênio de Taubaté", em quinze artigos, definiu as condições para valorizar os preços do produto, regularizar o comércio, promover o aumento do consumo e criar a "Caixa de Emissão, Ouro e Conversão".

Em primeiro lugar, os Estados contratantes firmaram o compromisso de manter, nos mercados nacionais, durante o prazo que for o preço mínimo entre 55 e 65 francos (entre 32 e 36 mil réis) por saca de 60 quilos, de café tipo 7, americano, no primeiro ano de sua vigência. Esse valor mínimo poderia ser elevado depois até 70 francos (40 mil réis), "conforme a conveniência do mercado". Para os mercados externos, seria dificultada a venda de cafés de tipo inferior ao 7, simultaneamente ao estímulo ao seu consumo interno.

Outra cláusula do "Convênio" determinava a criação de uma sobretaxa de três francos por saca, "ortada, que seria arborizada pela

União para pagamento dos juros e amortização do empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas, que o Estado de São Paulo promoveria, no País ou no exterior, para criar a "Caixa de Emissão, Ouro e Conversão", destinada a fornecer recursos para compra dos excedentes de café.

Assim, o "Convênio de Taubaté" praticamente instituiu o que hoje corresponde ao "confisco cambial" e também criou um mecanismo de intervenção para "enxugar" o mercado, dele retirando, por meio de aquisições, as quantidades excessivas de café que pudessem depressim as cotações nos mercados externos. Para a "Caixa de Emissão", o governo de São Paulo obteve recursos de 8 milhões de libras esterlinas, por meio de vários expedientes, junto a organizações bancárias da Europa e dos Estados Unidos. Em 1908, a União endossou o empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas, consolidando os emprésti-

mos anteriores e permitindo que São Paulo executasse seu programa de valorização de preços do café.

**OS EFEITOS**  
Os efeitos do "Convênio de Taubaté" se estenderam até por volta de 1916, sobretudo através da valorização dos preços do café. Segundo o ministro Ronaldo Costa, do Itamarati o "Convênio" evitou um colapso na economia cafeeira" e deixou um saldo estimado em 50 milhões de dólares ao governo de São Paulo. O empréstimo de 15 milhões de esterlinas foi totalmente pago em 1914".

Esses benefícios, contudo, sofreram alguma contestação. Um estudo da revista "Conjuntura econômica", sobre a política cafeeira de 1850 a 1972, assinalava que "há quem acredite que o 'convênio' atuou no sentido de sustentar a riqueza e a lucratividade de um setor da sociedade às custas de outras oportunidades mais duradouras para o crescimento, sacrificando a diversificação da atividade econômica".